

MINISTÉRIO DO INTERIOR

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO CENTRO-OESTE

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA SOCIAL

" EDUCAÇÃO NA REGIÃO CENTRO - OESTE "

BRASILIA - DISTRITO FEDERAL

MINISTÉRIO DO INTERIOR

SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO NA REGIÃO CENTRO-OESTE

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA SOCIAL - DIMFRAS

EDUCAÇÃO NA REGIÃO CENTRO - OESTE

- I - Apresentação
- II - Diagnóstico
- III - Programação

BRASILIA - DISTRITO FEDERAL

## DIAGNÓSTICO E PROGRAMAÇÃO DA EDUCAÇÃO NA REGIÃO

### CENTRO - OESTE

#### I - APRESENTAÇÃO

#### II - DIAGNÓSTICO

1. Método
2. Estrutura Etária da População
3. Demanda e Oferta da Educação
4. Educação como Prestação de Serviços
5. Fatores de Produção do Sistema Educacional e Despesas com a Educação no Centro-Oeste
6. Produtividade

#### III - PROGRAMAÇÃO

1. Considerações
2. Diretrizes
3. Projeções
4. Conclusões

I - APRESENTAÇÃO

## I - 1. APRESENTAÇÃO

1.1 - Tendo em vista a SUDECO não possuir ainda um quadro de pessoal técnico que lhe permita a estruturação do Departamento de Infraestrutura Social, momento no que diz respeito à Divisão de Educação, este trabalho foi elaborado com a colaboração de alguns elementos da Assessoria de Planejamento, nenhum deles, entretanto, especializado no ramo educacional. Assim, não terá maiores pretensões, senão aquelas puramente de ordem técnica e escolar exigidas, embora se tenha prestado a maior atenção e cuidados necessários na sua elaboração, análise e crítica, já que todos os dados são verdadeiros e de fontes estatísticas fidedignas. Não espera obviamente, haver tratado de todos os problemas do setor.

### 1.2 - DEFINIÇÃO DO TRABALHO

Propõe-se, neste trabalho, uma programação setorial, a médio prazo, de nível macroeconômico, dentro da fronteira regional do Centro-Oeste, do Setor Recursos Humanos, ramo Educação, nos níveis de ensino primário, secundário e superior, sobretudo da educação formal, referente às esferas pública e privada, sob o enfoque mais econômico que puramente social.

### 1.3 - DESCRIÇÃO

Como já foi dito, o trabalho estará em torno do Setor Serviços, dentro da classificação geral de Collins Clarck; dentro dele o Sub-setor Educação. Da educação propriamente será tratado a sua parte formal e algumas das suas interrelações, e considerado, então, o Sistema Educacional como um de seus ramos.

O Sistema Educacional brasileiro, do ponto de vista formal, está organizado em três níveis:

A - O Primário, abrangendo:

- a - O Prê-primário, dividido em maternal e infantil, e destinado a crianças de 2 a 7 anos;
- b - O Ensino Primário, dividido em Comum e Supletivo. O primeiro destinado normalmente às crianças aos 7 anos, e, o segundo, às que não o frequentarem no tempo regulamentar.

O curso primário terá uma duração mínima de 4 anos, ainda que na zona rural, e pode ser complementado com mais 2 anos; por outro lado, é obrigatório e gratuito e não existe um currículo básico para ele em todo o País.

B - O ensino médio divide-se em 2 Ciclos, Ginásial (1º) e Colegial (2º), abrangendo o Ensino Secundário e Técnico - que compreende, entre outros, o Industrial, o Comercial e o Agrícola - e o de Formação de Professores Primários, o Normal. Nesse nível, ao qual é exigido o exame de admissão, destina-se a crianças a partir dos 11 anos, tendo 4 e 3 anos de duração, respectivamente, para o 1º e 2º ciclos; possui 5 disciplinas obrigatórias e outras optativas com um máximo de 7 para cada série de duração anual e sendo que as matérias das 1ª. e 2ª. séries são comuns a qualquer dos ramos do nível; é, por outro lado, permitida a transferência de um para outro ramo, desde que realizada a adaptação adequada; no Ciclo Colegial, nas 2 primeiras séries estão previstas 8 disciplinas, sendo 1 ou 2 optativas, além das práticas educativas e, na 3ª. série haverá um currículo diversificado com um mínimo de 4 e um máximo de 6 disciplinas; entre as matérias optativas haverá sempre uma de caráter vocacional; o ensino técnico apresenta nas 2 últimas séries do 1º ciclo, além de suas disciplinas específicas 4 outras de curso Ginásial Secundário como optativas; no 2º Ciclo o mesmo se dará em relação a 5 matérias, das quais uma será optativa; nas escolas técnicas industriais poderá existir um curso Pré-técnico de 1 ano, entre os 2 ciclos, além dos Cursos de Aprendizagem e outros de Artesanato e Mestria, que variarão de duração segundo a sua complexidade; o ensino Normal formará professores, orientadores e administradores escolares para o Ensino Primário, enquanto que a formação de Mestres será feita em Escola Normal de Nível Ginásial ou Colegial; os Institutos de Educação destinam-se a alunos que completarem o Normal Colegial; além desses, haverá, por exemplo, Ginásios Orientados para o Trabalho e Ginásios Modernos; nesse Ciclo, todos os ensinos terão trabalho escolar optativo de 180 dias-aula fora o período para as provas, com carga semanal de 24 horas-aula; ao término do Curso Médio, para o ingresso no Superior, se fará o vestibular, quase sempre "auxiliados por Cursinhos".

C - O Ensino Superior - basicamente, apresenta os Cursos de formação e os de Pós-Graduação e, dentro deles, um elevado grau de diversificação; já de algumas Uni

versidades os cursos de formação são integrados por um Curso básico e que se complementa pelo Curso Profissional, os primeiros de modo geral realizados em Institutos Centrais e os segundos em Faculdades; o Curso Superior terá seu currículo mínimo, sua carga horária em razão da diversificação profissional e da essencialidade dos vários cursos profissionais, todos fixados pelo Conselho Federal de Educação; além dos referidos, de nível Superior, existirão cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão, a nível de pós-graduação.

A administração do ensino tem sua estrutura definida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e se assenta, sobretudo, no princípio da descentralização do ensino.

Por outro lado, ainda pelo mesmo diploma legal, foi cometido o estabelecimento da política educacional brasileira ao Conselho Federal de Educação, sendo o órgão executivo dessa política o Ministério da Educação e Cultura. No plano estadual, que detem a liberdade de organização dos seus sistemas educacionais, funcionarão os Conselhos Estaduais de Educação e a execução da política estará a cargo das Secretarias de Educação do respectivo Estado. Por seu turno, alguns municípios possuem organismos destinados a execução da política educacional, sobretudo no campo do ensino primário fundamental.

As Universidades detêm a autonomia financeira, administrativa e disciplinar embora passíveis de suspensão, sendo as suas formas de pessoas jurídicas, quase sempre, a de autarquia, fundação e associação.

Enfim, pela Constituição Brasileira "o ensino dos diferentes ramos será ministrado pelos poderes públicos e é livre à iniciativa privada, respeitadas as leis que o dirigem" e competirá à União a fiscalização do ensino no País.

#### 1.4 - ESTRATÉGIA DO TRABALHO

Como estratégia para a realização do trabalho são propostas as seguintes etapas:

I - Diagnóstico

II - Elaboração do Plano ou Programação a Médio Prazo

Na primeira buscar-se-á o conhecimento da atividade econômica do Setor e do Ramo, seu processo e funcionamento, sua caracterização, suas causas e efeitos e, na medida das informações obtidas, a etiologia dos seus principais eventos; enfim se procurará conhecer o processo desenvolvido anteriormente, historicamente.

Ainda quanto ao Diagnóstico, o trabalho tentará evidenciar:

- a - os elementos de apreciação;
- b - os problemas do Setor e do Ramo;
- c - os dados, técnicos e econômicos, necessários à projeção;
- d - os estudos e ações a serem desenvolvidas para o seu melhor conhecimento.

Ora, para esse fim, definir-se-á a seguir:

- 1 - o modelo a ser utilizado
- 2 - a organização do trabalho
- 3 - a pesquisa e a coleta de dados, qualitativa e quantitativa-mente
- 4 - a construção e a execução do Diagnóstico
- 5 - enfim, a sua avaliação e a sua crítica, o seu ajuste e sua revisão

De sorte que, na medida do possível, o Diagnóstico corresponderá a um estudo, qualitativo e quantitativo, da evolução do Setor, do Ramo e dos seus níveis e algumas de suas correlações com outros setores e ramos, além de procurar dimensioná-los física e monetariamente, quanto à origem e ao destino, os fatores de produção e o resultado de sua atividade, que é a sua própria produção, analisando-os sobretudo quanto às suas variáveis paramétricas, instrumentais, endógenas e exógenas.

Para efeito deste trabalho, considerar-se-á como Região Centro Oeste o conjunto das seguintes unidades da Federação: Estado de Goiás, Estado de Mato Grosso, Distrito Federal e Território Federal de Rondônia.

#### P R A Z O

Tanto o Diagnóstico quanto a Programação serão realizados a médio prazo, numa série de três anos.



II - DIAGNÓSTICO

## II - 1. Modelo

O modelo que se propõe buscará primordialmente, os aspectos reais, significando a análise de fluxo dos Bens e Serviços necessários à satisfação da coletividade regional, assim como as suas disponibilidades por habitante; e monetários, no sentido de conhecer seus gastos monetários.

No primeiro caso se verá os Bens e Serviços e a População; no segundo, o nível monetário e de renda. Pela escolha de um setor que preste serviços, se observará as disponibilidades internas, em termos de demanda e de oferta desses serviços; quanto à população será estudada quantitativamente quanto à sua composição etária, por área e regionalmente e, qualitativamente, o nível de educação correlacionada na medida do possível, com a saúde, alimentação e cultura dessa mesma população.

No segundo, a análise será feita no sentido de conhecer os custos dos fatores de produção e os de produção, tanto pelo lado de origem quanto ao destino, os que assim se evidenciarem como factíveis de desenvolvimento.

Em linhas gerais, esse é o modelo que se propõe para realização deste trabalho, tanto no diagnóstico quanto na Programação.

1. Estrutura Etária da População Regional.

1.1 - A exemplo da estrutura da população, na esfera nacional, por razões da ordem legal para a Região, a divisão será a mesma. Assim, pela correspondência aos três níveis de ensino ela se dividirá:

A - Nível Primário	}	de 7 a 11 anos
séries		
B - Nível Secundário.	}	de 12 a 15 anos
a-1º ciclo		
4 séries		
b-2º ciclo		
3 séries	}	de 16 a 18 anos
C - Nível Superior		
de 3 a 6 séries	}	de 19 anos a mais

Isto, considerando-se a correspondência para os cursos iniciados e levando-se em conta ainda que as duas outras séries do nível primário são supletivos e não, necessariamente, obrigatórias.

Logo, será esta divisão que, basicamente, interessará ao nosso trabalho, inclusive que é a divisão encontrada nos compêndios estatísticos modernos. Elas demarcarão, ainda, os limites inferiores e superiores de início e término dos cursos, teoricamente normais, por conseguinte, serão convertidos, quantitativamente, nas respectivas demandas virtuais de cada nível de ensino.

1.2 - Damos a seguir, alguns aspectos sobre a população nacional e regional, mostrando a participação de várias Unidades da Federação na sua composição e, bem assim, a sua evolução e distribuição etária.

Movimento da População

- Nascimentos -

ANOS	D. FEDERAL	GOIÁS	M. GROSSO	T. RONDÔNIA	TOTAL			
					Região	Índice	Brasil	Índice
1966	12.191	30.174	21.710	1.010	65.158	100,0	1.068.834	100,0
1967	12.825	29.050	20.567	921	63.365	97,2	923.485	86,4
1968	23.649	91.419	6.240	2.553	178.861	274,5	2.008.937	189,0

FONTE: IBGE - Anuário Estatístico, 1969

- Evolução da População -

(1.000 h)

A N O S	D. Federal e Goiás	Mato Grosso	Territ. Rondônia	T O T A L			
				Região	Índice	Brasil	Índice
1966	2.800	1.226	101	4.127	100,00	83.890	100,0
1967	2.950	1.293	107	4.320	104,6	86.580	103,2
1968	3.108	1.364	114	4.586	111,1	89.376	106,5

FONTE: IBGE - Anuário Estatístico - 1969

- Composição Etária - Brasil -

(1.000 h)

DISTRIBUIÇÃO	1966	1967	1968
0 - 6 anos	19.462	20.081	20.735
7 - 11 anos	13.422	13.853	14.300
12 - 18 anos	10.318	10.649	10.993
19 - 24 anos	7.802	8.052	8.312
25 e mais anos	32.886	33.925	35.036
TOTAL	83.890	86.580	89.376

FONTE: IBGE - Anuário Estatístico - 1969

- Composição Etária da População Regional -

(1.000 h)

DISTRIBUIÇÃO	1966	1967	1968
0 - 6 ANOS	524	549	583
7 - 11 ANOS	957	1.002	1.063
12 - 18 ANOS	660	691	733
19 - 24 ANOS	384	402	427
25 e mais anos	1.602	1.676	1.780
TOTAL	4.127	4.320	4.586

FONTE: Dados calculados a partir da Pirâmide Etária Brasileira, aplicados os mesmos coeficientes para a Região.

## 2. Demanda e Oferta

### 2.1 - Considerações

Quando o fluxo de atendimento e de preparação escolar é estudado como meio de absorção de Mão-de-obra, no processo produtivo da economia, então diz-se que a Educação é um investimento (Diagnóstico Preliminar da Educação, Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social). E, como tal aqui será estudado.

Neste trabalho, serão consideradas a demanda e a oferta, física, efetiva, virtual ou aparente.

### 2.2 - Definições

#### 2.2.1 - Demanda

Como demanda da Educação será entendida a potencialidade de escolarização ou a busca efetiva do ensino de caráter formal nos seus diversos níveis, graus ou ramos.

Todavia, a demanda poderá ainda ser considerada como virtual e efetiva. Demanda virtual ou aparente será aquela considerada como a idade legal e normal da escolarização, e que poderá ser igual, maior ou menor que a efetiva. Demanda efetiva será entendida como a dimensão do número de matriculados efetivamente nos diversos níveis e ramos de ensino.

#### 2.2.2 - Oferta

A oferta será entendida como a disponibilidade ou a capacidade de matrículas dos vários níveis e ramos do ensino formal, demandados ou não, quantificada pelo número de vagas oferecidas pelos vários estabelecimentos de ensino.

Neste caso, pode-se observar os dois casos:

A - a oferta totalmente demandada, caso em que há atendimento e o próprio limite e, assim, a demanda se revelaria com excedentes.

B - a oferta não é totalmente demandada, caso em que surgiria as duas hipóteses;

a - seria uma demanda efetiva em termos de atendimento a toda potencialidade de escolarização;

b - embora com uma potencialidade maior, devido a causas as mais diversas e variadas a demanda não buscaria a sua plena satisfação em toda a capacidade da oferta.

Todavia, de que se sabe, a oferta aí não seria propriamente excedente nas coisas, isto é, os meios disponíveis se apresentam efetivamente maiores que o número de matrículas, sem que, todavia, isso signifique que realmente sejam maiores que a necessidade de escolarização da população, mas que causas várias a retem ou a desajustam.

### 2.2.3 - ENSINO PRIMÁRIO

O Ensino Primário, praticamente não tem nenhuma diversificação. Assim, passamos direto à análise de demanda e de oferta da educação nesse nível de ensino, sob os seus aspectos físicos de unidades escolares, quanto à esfera e a dependência administrativa, sua localização, e quanto à população estudantil escolarizável dentro da faixa normal e prevista de idade, levando-nos, então, a uma demanda e oferta efetiva e virtual, e analisando, ainda, as suas evoluções e a participação de cada um daqueles aspectos no seu todo.

A participação e a evolução da matrícula no início de ano, segundo as Unidades da Federação integrantes da Região, nos termos de nossa definição inicial de Centro-Oeste, é a seguinte:

#### CENTRO - OESTE

#### Evolução da Matrícula, no início de Ano, Segundo a Unidade da Federação

ANOS	BRASIL		CENTRO-OESTE		UNIDADES DA FEDERAÇÃO							
	TOTAL	I	TOTAL	I	D.FED.	I	GOIÁS	I	M.GROS.	I	T.RON.	I
1966	10.695.391	100,0	535.745	100,0	46.040	100,0	317.483	100,0	160.920	100,0	9.302	100,0
1967	11.263.527	105,3	573.341	107,0	47.798	103,8	358.464	112,9	156.437	97,2	10.642	114,4
1968	11.943.506	111,6	653.387	121,9	49.557	107,6	392.008	123,4	199.339	123,8	11.983	128,8

FONTE: IBGE - Anuário Estatístico - 1969

O índice de crescimento do número de matrícula, como se vê no quadro acima sobe a um ritmo bastante significativo e maior mesmo que o índice de crescimento da população para igual período. Enquanto na Região a população geral cresce de 100,0, 104,6, 111,1, em 1966, 1967 e 1968, a matrícula cresceu, nos mesmos anos, respectivamente, de 100,0 para 107,0 e 121,9, o que nos mostra um avanço sobre a população escolarizável, graças de a alfabetização com o ensino na época própria. Todavia, chamamos a atenção para o fato de que tal índice de matrícula verificado nos Estados de Goiás, Mato Grosso e Rondônia (em torno de 120,0 no último ano) enquanto Brasília se mostra com um ritmo normal e compatível com o crescimento de sua população geral.

Por seu turno, o quadro seguinte nos mostra a participação de cada unidade da Federação no total da matrícula regional.

Participação no Total de Matrícula Segundo as Unidades da Federação

A N O S	CENTRO - OESTE		UNIDADES DA FEDERAÇÃO							
	TOTAL	%	D.FEDERAL	%	GOIÁS	%	M.GROSSO	%	T.RONDONIA	%
1966	525.745	100,0	46.040	8,5	317.483	59,2	160.920	30,0	9.302	2,3
1967	573.341	100,0	47.798	8,3	358.464	62,5	156.437	27,2	10.642	2,0
1968	653.387	100,00	49.537	7,5	392.098	60,0	199.339	30,5	11.983	2,0

FORTE: IBGE : Anuário Estatístico - 1969

Como se observa do quadro acima, a participação maior na contribuição do número de matrícula é o Estado de Goiás, com uma média em torno de 60,0%, seguida de Mato Grosso, com 30,0%, Distrito Federal, com 8,0% e finalmente o Território Federal de Rondônia, com aproximadamente 2,0% da matrícula em relação à Região.

Essa participação, comparada com a população de cada Unidade, revela-nos uma sensível contribuição de Goiás na matrícula geral cujo índice é maior que o do crescimento e o da participação da população no todo da Região.

#### 2.2.3.1 - DEMANDA FÍSICA

A demanda física de educação primária na Região é mostrada através da evolução do número de matrícula, no início do ano, segundo a esfera e a dependência administrativa e segundo a sua localização, além da participação de cada um desses aspectos no total do fenômeno.

Assim, o diagnóstico nos mostra que, no ensino primário, tem o seu valor maior o crescimento na esfera pública, enquanto que a esfera privada permanece estagnada ou decresce, e, sendo que, na primeira o maior índice de crescimento se verifica no ensino municipal, seguido do federal e do estadual, embora, em termos relativos, a maior participação no número geral de matrícula seja a do Estado, com uma média de 57,3 do municipal, com 26,5 e do particular, com 14,1. A participação do governo federal, no Ensino Primário na Região, é de apenas 2,1, em média.

Os dois quadros seguintes nos mostram perfeitamente essas relações e os seus respectivos crescimentos na série de três anos.

REGIÃO CENTRO-OESTE

Evolução da matrícula segundo a esfera e a dependência  
Administrativa

ANOS	E S F E R A								TOTAL
	P Ú B L I C A					P R I V A D A			
	FEDERAL	I	ESTADUAL	I	MUNI - CIPAL	I	PARTI- CULAR	I	
1966	9.236	100,0	310.077	100,0	134.602	100,0	81.825	100,0	535.740
1967	11.482	126,2	332.136	107,0	149.371	111,1	80.352	98,2	573.341
1968	12.123	131,2	372.202	120,0	188.362	140,0	80.700	98,6	653.387

FONTE: IBGE - Anuário Estatístico, 1969

Participação no Total da Matrícula da Esfera Segundo a Dependência  
Administrativa

ANOS	E S F E R A								TOTAL
	P Ú B L I C A					P R I V A D A			
	FEDERAL	%	ESTADUAL	%	MUNICIPAL	PARTICULAR	%		
1966	9.236	1,7	310.077	58,1	134.602	25,1	81.825	15,1	535.740
1967	11.482	2,0	332.136	57,9	149.371	26,2	80.352	13,9	573.341
1968	12.123	2,7	372.202	56,9	188.362	28,2	80.700	12,2	653.387
MÉDIA		2,1		57,3		26,5		14,1	

FONTE: IBGE : Anuário Estatístico - 1969

Por outro lado, essa mesma matrícula, segundo a zona, localiza-se, em média, 67,0 e 33,0 na área urbana e rural, respectivamente, com uma evolução, por outro lado, muito mais acentuada na zona rural, partindo de 150,0 no primeiro ano, a 117,1 e 137,5, nos segundos e terceiro anos.

A seguir, mostramos bases fundamentais através dos dados inseridos nos dois quadros que se seguem :



ENSINO PRIMÁRIO NO CENTRO-OESTE

Evolução da Matrícula segundo a sua localização

	TOTAL		Z O N A			
	ABSOLUTO	I	RURAL	I	URBANA	I
1966	533.745	100,0	163.984	100,0	369.761	100,0
1967	573.341	107,6	192.058	117,1	381.283	103,1
1968	652.887	122,3	225.582	137,5	427.305	115,5

fonte: IBGE - Anuário Estatístico - 1969

A demanda, assim, pode agora ser analisada ou, antes, comparada com a população, vindo daí os conceitos de demanda efetiva ou real a matrícula efetiva e a virtual - seria a população estudantil potencial, isto é, aquela população regional compreendida dentro da faixa etária própria admitida como regular para esse nível de ensino.

Vejamos o quadro seguinte:

CENTRO - OESTE

Índices Virtuais e Reais de Escolarização Primária

ANOS	P O P U L A Ç ã O				Escolarizada sobre a virtual - % -
	Escolarizável	I	Escolarizada	I	
1966	957.000	100,0	533.745	100,0	55,7
1967	1.002.000	104,7	573.341	107,5	57,2
1968	1.064.000	111,1	652.887	122,3	61,3

FORTE: Anuário Estatístico - 1969 e  
Estimativa da Pirâmide de Idades  
(\* ) Populações de 7 a 11 anos

Como se observa, a média inicial da população escolarizada em relação à virtual estava em torno de 55,7, indo, no último ano, 61,3; há sem dúvida, um real crescimento, maior e crescente, da população escolarizada sobre a população a escolarizar.

Oferta Física

Para análise da oferta os dados geralmente são escassos e precários;

todavia, a partir do levantamento das Unidades Escolares, sua análise quanto à esfera e a dependência administrativa, a participação de cada uma delas, bem como o seu crescimento; a sua localização, etc., levou-nos ao número de salas e, através da adoção de uma relação especial sala/aluno, chegamos à disponibilidade de matrículas, colocadas à disposição da população, nesse nível de ensino.

Nos quadros que se seguem, damos, numericamente, essas quantificações e as suas relações.

CENTRO - OESTE

Evolução das Unidades Administrativas Segundo a Esfera e a Dependência Administrativa

ANOS	TOTAL		FEDERAL		ESTADUAL		MUNICIPAL		PARTICULAR	
	ABSOLUTO	I		I		I		I		I
1966	5.282	100,0	117	100,0	2.745	100,0	2.207	100,0	483	100,0
1967	5.692	107,9	144	123,0	2.573	103,9	2.499	113,2	476	98,5
1968	6.694	126,7	165	141,0	2.859	115,5	3.179	144,9	491	101,6

FONTE: IBGE - Anuário Estatístico - 1969

Participação da Esfera, Segundo a Dependência, no total de Unidades Escolares

ANOS	TOTAL		ESFERA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA							
	ABSOLUTO	%	FEDERAL	%	ESTADUAL	%	MUNICIPAL	%	PARTICULAR	%
1966	5.282	100,0	117	2,0	2.425	46,8	2.207	41,7	483	0,9
1967	5.692	100,0	114	2,5	2.573	45,2	2.499	43,9	476	8,4
1968	6.694	100,0	165	2,4	2.859	42,7	3.179	47,4	491	7,5

FONTE: Anuário Estatístico, 1969 - IBGE

Por outro lado, enquanto sobem, em ordem de maior magnitude, a participação do Município e do Estado na oferta de matrícula, através do aumento de número de estabelecimentos de ensino, em termos relativos, é estacionária a posição federal e regressiva a participação da esfera privada.

Vejamos a evolução geral dos estabelecimentos de Ensino, também quanto à sua localização, bem como a participação da zona urbana e rural no seu total.

CENTRO-OESTE

Crescimento de Número de Estabelecimentos de Ensino Segundo a sua Localização

ANOS	TOTAL		ESTABELECEMENTOS			
	Absoluto	I	Urbanos e Suburbanos	I	Rurais	I
1966	5.282	100,0	1.473	100,0	3.809	100,0
1967	5.692	107,7	1.388	94,2	4.384	112,9
1968	6.694	126,7	1.611	109,3	5.083	133,4

FONTE: IBGE - Anuário Estatístico - 1969

CENTRO - OESTE

Estabelecimentos de Ensino Segundo a Zona de Localização

ANOS	TOTAL		ESTABELECEMENTOS			
	Absoluto	%	Urbanos e Suburbano	%	Rurais	%
1966	5.287	100,0	1.473	27,8	3.809	72,2
1967	5.692	100,0	1.388	24,3	4.304	75,7
1968	6.694	100,0	1.611	24,0	5.083	76,0
Médio		100,0		25,4		74,6

FONTE: Anuário Estatístico - IBGE - 1969

Os dados nos revelam que, quanto ao Ensino Primário, na zona rural, não só o seu crescimento atinge nível muito mais elevado, como, também, a sua participação é, cada vez mais, crescente, atingindo um nível que saiu de 72,2% em relação ao total, no primeiro ano, para 75,7 nos segundo e terceiro anos da série observada, alcançando uma média de 74,6 para os três anos.

Isto posto, passamos à análise do número de salas de aula, que, como foi dito nos levará à oferta física de nível de Ensino em estudo.

CENTRO - OESTE

Salas de Aula e Oferta Virtual de Matrículas

ANOS	Salas de aula		Relação sala/aluno	TURNOS	Número virtual de vagas	
	Total	I			Total	I
1966	9.641	100,0	1:40	2	771.280	100,0
1967	10.861	112,6	1:40	2	686.880	112,6
1968	12.082	125,3	1:40	2	966.560	125,3

FONTE: IBGE : Anuário Estatístico - 1969 \*

Estimativa a partir do número de Estabelecimentos e de salas de aula, com a adoção da relação especial sala/aluno.

A partir desses dados, que nos mostraram a oferta virtual de matrículas nesse nível de ensino, confrontamos-la com a demanda efetiva e virtual, já vistas anteriormente. Esse estudo é mostrado no quadro de índices de oferta e demanda, adiante exposto.

CENTRO - OESTE

Demanda e oferta virtual e efetivas

ANOS	DEMANDA				OFERTA VIRTUAL		EXCEDENTE	
	Virtual (A)	I	Efetiva (B)	I	Absoluta	I	A - C	C - B
1966	957.000	100,0	533.745	100,0	771.280	100,0	185.720	237.535
1967	1.002.000	104,0	573.341	107,5	868.880	112,6	133.120	295.539
1968	1.064.000	111,1	652.887	122,3	966.560	125,3	97.440	313.673

FONTE: IBGE - Anuário Estatístico - 1969

A análise dos dados oferecidos no quadro anterior nos mostra fatos realmente curiosos. É sabida e conhecida a reclamação geral que se faz em torno da falta de salas de aula para ensino ou, em outras palavras, da questão do aluno excedente, mesmo no nível primário. Todavia, como se disse, um estudo mais detido da matéria nos levará, certamente, a outras causas que não problema do espaço físico para estudo. Por exemplo, apenas admitindo dois turnos para cada sala de aula disponível na Região, chegaríamos à conclusão que a oferta virtual excede, em números absolutos, em 313.673 em relação à demanda efetiva, no último ano de diagnóstico.

Todavia, essa mesma oferta, comparada com a demanda virtual é excedida de 97.440, no mesmo período. Ao que parece não há uma total utilização das disponibilidades físicas, como também a população não está motivada e nem em condições de escolarização por causas outras, ainda não identificadas. Entretanto, outras causas podemos apontar como sendo a da localização dos estabelecimentos na zona rural (76,0 %) e que, assim, pela própria estrutura agrária brasileira, é sobretudo, regional, não demanda a população escolarizável a oferta que lhe é disponível.

#### PARTICIPAÇÃO DA ZONA NA MATRÍCULA GERAL

A N O S	T O T A L		Z O N A			
	ABSOLUTO	%	RURAL	%	URBANA	%
1966	533.745	100,0	163.984	30,5	369.761	69,5
1967	573.341	100,0	192.058	33,5	381.283	66,5
1968	622.887	100,0	225.582	34,5	427.305	65,5
M É D I A		100,0		32,8		67,2

FONTE: IBGE : Anuário Estatístico - 1969

#### 2.2.4 - ENSINO MÉDIO

O ensino médio, na Região, já é bastante diversificado, embora não se tenha registros estatísticos compatíveis. Contudo, sabemos da existência de vários ramos de cursos, principalmente os do segundo ciclo. No primeiro, a diversificação é menor e quase tudo gira em torno do ginasial ou, agora, do ginasial orientado para o trabalho de outros técnicos de nível médio - primeiro ciclo, no segundo, contudo, além do Científico, Normal, Clássico, temos uns outros de caráter técnico, como sejam de Contabilidade, de Eletrônica, de Auxiliar de Engenharia, Topografia e de Construções, Secretariado, etc.

Neste ponto, passamos a análise da demanda e da oferta física da Educação na Região, auscultadas várias nuances que cercam o assunto. Sem dúvida, também, nesse nível de Ensino, a escassez de dados prejudica um maior conhecimento da questão, embora, todavia, não tenha impedido a nossa incursão pelos seus domínios.

#### DEMANDA FÍSICA

Como antes, então, pelo estudo da evolução do número de matrículas, no início do ano, sob o enfoque das esferas pública e privada e segundo as suas dependências administrativas. Os dados coletados nos trazem a informação inicial de que o indi-

ce da esfera privada é decrescente, enquanto que a da pública atinge proporções significativas. Para isto, basta ver que, na esfera pública, - governo federal, o índice de matrículas saiu de 100,0 para 160,0 e 258,3, respectivamente, para os anos da série em estudo. Os índices de matrícula Estadual e Municipal são também significativos e atingem mesmo a 50% em média, já no terceiro ano da série. Todavia, quanto à participação no total de matrículas, é, ainda, a esfera privada que oferece, em média, 41,1 % das matrículas, contra 36,9 do Estado, 17,7 de Município e, finalmente, 4,3 da União.

Mostramos adiante o crescimento e a participação de cada esfera na demanda efetiva de matrículas.

- CENTRO - OESTE -

Evolução da matrícula, no início do ano, segundo a esfera e a dependência administrativa

ANOS	E S F E R A								TOTAL
	P Ú B L I C A						P R I V A D A		
	FEDERAL	I	ESTADUAL	I	MUNICIPAL	I	PARTICULAR	I	
1966	3.244	100,0	34.904	100,0	16.680	100,0	41.042	100,0	95.870
1967	3.582	160,0	41.143	120,7	20.805	124,7	47.532	97,2	115.062
1968	5.798	258,3	52.407	153,0	24.356	148,4	53.582	98,6	136.133

FONTE: IBGE - Anuário Estatístico - 1969

Participação da esfera e da dependência administrativa no número geral de Matrículas

	E S F E R A								TOTAL
	P Ú B L I C A						P R I V A D A		
	FEDERAL	%	ESTADUAL	%	MUNICIPAL	%	PARTICUL.	%	
1966	3.244	3,5	34.904	36,4	16.680	17,3	41.042	42,8	95.870
1967	3.582	5,0	41.143	35,7	20.805	18,0	47.532	41,3	115.062
1968	5.798	4,5	52.407	38,4	24.356	17,8	53.582	39,3	136.133
M É D I A		4,3		36,9		17,7		41,1	

FONTE: IBGE - Anuário Estatístico - 1969

Observamos, ainda, um ligeiro crescimento na participação da matrícula em estabelecimento de ensino estadual, enquanto regride relativamente, o número de matriculandos na esfera privada e se mantém relativamente estável o índice de participa-

ção federal e municipal.

Essas matrículas foram ainda observadas quanto ao ciclo de Ensino, não sendo possível, contudo, quanto a sua localização.

-- CENTRO - OESTE --

CRESCIMENTO DE NÚMERO DE MATRÍCULAS, NO INÍCIO DO ANO, SEGUNDO O CICLO DE ENSINO

ANOS	C I C L O    D I D Á T I C O					
	ginásial	I	colegial	I	absolute	I
1966	76.275	100,0	19.595	100,0	95.870	100,0
1967	90.315	118,4	24.747	126,2	115.062	120,0
1968	105.724	138,6	30.419	155,2	136.133	141,9

FORNTE: IBGE - Anuário Estatístico - 1969

MATRÍCULA SEGUNDO O CICLO DIDÁTICO

A N O S	C I C L O    D I D Á T I C O				T O T A L	
	GINASIAL	%	COLEGIAL	%	ABSOLUTO	%
1966	76.275	79,5	19.595	20,5	95.870	100,0
1967	90.315	78,4	24.747	21,6	115.062	100,0
1968	105.724	77,6	30.419	22,4	136.133	100,0
MÉDIA		78,5		21,5		100,0

FORNTE: IBGE - Anuário Estatístico - 1969

A matrícula no ciclo colegial é, aproximadamente, de apenas um terço da matrícula no ginásial e representa, ainda, somente 2,5% da média, do total do Ensino Médio.

Assim, vejamos os níveis dos índices virtuais e reais da demanda da educação pela população, admitida a hipótese de escolarização dentro e de acordo com a faixa própria da idade prevista para esse nível de ensino.

INDICES VIRTUAIS E REAIS DE ESCOLARIZAÇÃO NO ENSINO MÉDIO

ANOS	POPULAÇÃO			
	ESCOLARIZÁVEL	I	ESCOLARIZADA	I
1966	660.000	100,0	95.870	100,0
1967	691.000	104,6	115.062	120,0
1968	734.000	111,2	136.133	141,9

FONTE: IBGE - Anuário Estatístico - 1969

ANOS	POPULAÇÃO			PERCENTAGEM DE ESCOLARIZAÇÃO	I
	TOTAL	I	ESCOLARIZADA		
1966	660.000	100,0	95.870	14,5	100,0
1967	691.000	104,6	115.062	16,6	114,4
1968	734.000	111,2	136.133	18,5	127,5

FONTE: IBGE - Anuário Estatístico - 1969

Também no Ensino Médio, na Região, observa-se uma ótima recuperação no ingresso da mais população escolarizável do que apenas o nível de crescimento da população geral, o que evidencia uma significativa importância já que, não fora assim, o número de pessoas não escolarizadas seria cada vez mais crescente e se descompasso, em termos absolutos, com a oferta com a disponibilidade de matrículas para a faixa etária própria e referente a esse nível de ensino.

**OFERTA FÍSICA**

Dado novamente à precariedade dos dados a Educação no Centro-Oeste, principalmente a esse nível de detraimento, mais uma vez tivemos de lançar mão de vias indiretas para o cálculo e a determinação da oferta física de matrículas no Ensino Médio. Além de mais, pelas mesmas razões, a análise segundo o ciclo de ensino ficou também prejudicada, o que é de se lamentar. Tanto é assim que a faixa etária, significativa da população e referente a esse nível de Educação, fica, como para o restante do país, entre 12 e 18 anos de idade.

O estudo da oferta, o pelo que foi dito, inicia-se, então pela análise do nível de crescimento das cruças, assim como do número de salas de aula, que nos levou afinal, à disponibilidade virtual de matrículas.



Os índices de número de Cursos existentes são bastante significativos e indicam o crescimento de 100,0 a 119,0 e 138,8, respectivamente para os três anos da série, no seu total; cabendo, todavia, a esse elevado índice a maior participação no incremento físico de número de cursos de 2º ciclo ou colegial, que no último ano, atingiu à casa dos 152,1 em relação ao ano-base em causa.

Esses dados são mostrados adiante:

- CENTRO - OESTE -

ANOS	TOTAL		C I C L O			
	ABSOLUTO	I	GINASIAL	I	COLEGIAL	I
1966	625	100,0	464	100,0	161	100,0
1967	744	119,0	539	116,1	205	127,3
1968	868	138,8	623	134,2	245	152,1

FONTE: IBGE - Anuário Estatístico - 1969

Todavia, é bom observar que apenas em termos de índice de crescimento porque, na verdade, em termos de números absolutos, o Ciclo Ginásial é mais numeroso, participando em praticamente, 72,7 % no total de número geral, e como se observa do quadro a seguir:

- CENTRO - OESTE -

NÚMERO GERAL DE CURSOS DO SEGUNDO CICLO DE ENSINO

ANOS	TOTAL		C I C L O			
	ABSOLUTO	%	GINASIAL	%	COLEGIAL	%
1966	625	100,0	464	74,0	161	26,0
1967	744	100,0	539	72,4	205	27,6
1968	868	100,0	623	71,7	245	28,3
MÉDIA		100,0		72,7		27,3

FONTE: IBGE - Anuário Estatístico - 1969

Passemos agora a análise das salas de aula e conseqüentemente, da disponibilidade de matrículas, já que esse indicador é um dos mais importantes e limitativos de oferta. O crescimento, em termos de índice, é da ordem de 100,0 a 113,6 e a 133,7 para o primeiro, segundo e terceiro anos de diagnóstico. Aqui, entretanto, foi reanalisada a relação especial aluno/sala e, para efeito de determinação, do número provável de vagas, foi admitida uma melhor utilização das salas de aulas. Com isso, e na forma do quadro que se segue foi possível a determinação do que admitimos denominar de oferta física virtual:

- CENTRO - OESTE -

Salas de aula e disponibilidade virtual de matrícula

A N O S	T O T A L		RELAÇÃO SALA/ALUNO	NÚMERO DE TURNOS	NÚMERO VIR - TUAL DE VAGAS	I
	ABSOLUTO	I				
1966	2.216	100,0	1:35	2	155.120	100,0
1967	2.518	113,6	1:35	2	176.260	113,6
1968	2.964	133,7	1:5	2	207.480	133,7

FONTE: IBGE - Anuário Estatístico - 1969

Estimativa

Com essas informações, passamos a análise de demanda virtual e efetiva contra uma oferta virtual, já que, como foi anteriormente esclarecido, a oferta efetiva não é dada conhecer. Por um lado, a demanda virtual cresceu a uma média de 5% ao ano, acompanhando naturalmente o crescimento populacional; a efetiva, entretanto, tem outro ritmo, crescente e mais acelerado, partindo de 100,0, no ano-base, e indo a 120,0 e a 141,9, no segundo e no terceiro ano. Comparando essas informações com a oferta virtual que, por sua vez cresceu a mais de 15% ao ano, obtemos uma excedência sobre a oferta virtual, da ordem de mais de mil milhões de unidades, em média, para um total em torno de setecentas procuras virtuais. Contudo a análise de demanda efetiva em relação à oferta virtual, nos revela um fenômeno contrário, sendo esta última maior que a primeira, e revelando uma aparente ociosidade, que, em termos quantitativos, atingiriam a casa das 71.347 possibilidades de matrículas, no último ano de diagnóstico.

O quadro adiante quantifica o fenômeno e nos dá, ainda, outras relações.

A N O S	D E M A N D A				O F E R T A V I R T U A L		E X C E D E N T E	
	V I R T U A L (A)	I	E F E T I V A (B)	I	A B S O L U T A	I	A - C	C - B
1966	660.000	100,0	95.870	100,0	155.120	100,0	504.880	59.250
1967	691.000	104,6	115.062	120,0	176.260	113,6	514.740	61.198
1968	734.000	111,2	136.133	141,9	207.480	133,7	526.520	71.347

FONTE: IBGE - Anuário Estatístico - 1969

#### CALCULO E ESTIMATIVAS

Esses e outros fenômenos, contudo receberão um melhor tratamento em outra parte desse trabalho.

#### 2.2.5 - ENSINO SUPERIOR

##### 2.2.5.1 - DIVERSIFICAÇÃO DOS CURSOS:

Na Região Centro-Oeste e Curso Superior tem mais ou menos a diversificação que se segue:

- Administração
- Economia
- Farmácia
- Odontologia
- Filosofia
- Institutos de Formação Básica
- Agronomia
- Arquitetura e Urbanismo
- Artes
- Educação Física e Desportes
- Enfermagem
- Engenharia
- Medicina
- Veterinária
- Serviço Social
- Biblioteconomia
- Educação
- Industrial
- Jornalismo

A evolução desta diversificação e do número de cursos é mostrada no quadro seguinte:

- CENTRO-OESTE -

EVOLUÇÃO DA DIVERSIFICAÇÃO E DO NÚMERO DE CURSOS

ANOS	TOTAL		UNIDADES					
	ABSOLUTO	I	GOIÁS	I	N. GROSSO	I	D. FEDERAL	I
1966	62	100,0	37	100,0	11	100,0	14	100,0
1967	65	104,8	36	97,2	11	100,0	18	128,5
1968	82	132,8	39	105,4	18	163,3	25	178,51

FONTE: IBGE - Anuário Estatístico - 1969

\* Território Federal de Rondônia não tem cursos superiores.

I - Índice

2.2.5.1 - Demanda física

Avaliaremos a demanda da Educação sob o aspecto puramente físico, com base na evolução e na participação da matrícula em cada uma das Unidades da Federação, dentro da Região.

- CENTRO - OESTE -

EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA, NO INÍCIO DO ANO, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO

	TOTAL		UNIDADES							
	ABSOLUTO	I	GOIÁS	I	N. GROSSO	I	D. FEDERAL	I	RONDÔNIA	I
1966	4.984	100,0	3.759	100,0	643	100,0	582	100,0	-	-
1967	6.590	132,2	3.546	94,3	758	117,8	2.286	392,7	-	-
1968	9.990	200,4	4.379	121,8	1.226	190,6	4.185	719,0	-	-

FONTE: IBGE - Anuário Estatístico - 1969

ANOS	TOTAL		U N I D A D E S							
	ABSOLUTO	%	GOIÁS	%	N.GROSSO	%	D.FEDRAL	%	RONDONIA	%
1966	4.984	100,0	3.759	75,4	643	12,9	582	11,7	-	-
1967	6.590	100,0	3.546	54,3	758	10,7	2.286	35,0	-	-
1968	9.990	100,0	4.579	45,8	1.226	12,4	4.185	41,8	-	-

FONTE: IBGE - Anuário Estatístico - 1969

A demanda aqui evidenciada através da matrícula inicial nos diversos cursos colocados à disposição dos estudantes vem obtendo um índice de crescimento vegetativo da ordem de 100 no primeiro ano para, respectivamente, 132,2 e 200,4 nos segundo e terceiros anos; inicialmente com uma maior participação do Estado de Goiás (75,4%), no primeiro ano, sendo que, já no terceiro, a participação do Distrito Federal é quase igual a Mato Grosso e se mantém praticamente no mesmo nível.

Fato extraordinário na evolução geral das matrículas é todavia a crescente participação do Distrito Federal, cujo índice se eleva de 100, no primeiro para 719,0 no terceiro ano atingindo um número absoluto da ordem de 4.185 num total de 9.990 matriculandos, no mesmo ano.

Ora, esse fato torna-se bastante importante quando comparado com o índice da população escolarizável, whose nível de ensino, que cresce a uma média em torno de apenas 5% ao ano.

O quadro de índices nos mostra uma comparação interessante entre aquela população não escolarizada, já que esta última atinge um nível muito mais elevado, 132,2 contra 104,6, no segundo ano, e 200,4 contra 110,9 no último ano de diagnóstico.

- CENTRO - OESTE -

#### ÍNDICES VIRTUAIS E REAIS DE ESCOLARIZAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR

ANOS	P O P U L A Ç Ã O					PERCENTAGEM DE ESCOLARIZAÇÃO	
	ESCOLARIZÁVEL	I	ESCOLARIZADA	I	TOTAL	TOTAL	VIRTUAL
1966	384.000	100,0	4.984	100,0	4.127.000	0,12	1,29
1967	402.000	104,6	6.590	132,2	4.320.000	0,15	1,62
1968	426.000	110,9	9.990	200,4	4.586.000	0,21	2,34

FONTE: IBGE : Anuário Estatístico - 1969

- POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL : Faixa de 19 a 24 anos

- POPULAÇÃO ESCOLARIZADA : Demanda efetiva, segundo a matrícula

- POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL : VIDE POPULAÇÃO ETÁRIA

Descontado o nível de crescimento do atendimento, observamos que mais de 89,5 da população ingressa no rol da demanda, isto é, em relação à população escolarizável, temos, respectivamente, 1,29, 1,62 e 2,34% para 1966, 1967 e 1968 de escolarização e, em relação à população total, a Região atinge, respectivamente, os níveis de 0,12, 0,15 e 0,21, nos mesmos anos, no Curso Superior.

### 3.2.5.2 - OFERTA FÍSICA

De igual forma, a oferta será analisada apenas do ponto físico, baseada no atendimento efetivo e na estimativa do provável atendimento, e vista ainda sob o enfoque de uma excedência ou não sobre a demanda.

Na Região, na oferta, aqui representada pela disponibilidade ou pela possibilidade de matrículas, foi estimada através de cálculo indireto, para isso adotada uma relação - especialidade de 30 alunos, em média, para cada sala de aula, já que é desconhecido, sobretudo para os anos anteriores a 1969, o número real de matrículas colocado à disposição do mercado.

O quadro seguinte, então, nos mostra a evolução do número de salas de aula, aliás, único dado concreto, diga encontrado e que nos possibilitou chegar às conclusões:

- CENTRO - OESTE -

#### EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE SALAS DE AULA

ANOS	SALAS DE AULA	INDICE
1966	166	100,0
1967	220	132,5
1968	330	198,7

FONTE: Estimativa baseada numa relação hipotética ideal de 1 sala de aula para 30 alunos.

Ora, dentro dessa hipótese e para esse nível de ensino, podemos então imaginar que a oferta física é totalmente demanda. Observamos esta análise através de comparação entre a demanda virtual e a efetiva, e efetiva oferta.

DEMANDA VIRTUAL E EFETIVA CONTRA UMA OFERTA EFETIVA

A N O S	D E M A N D A				O F E R T A		E X C E D E N C I A	
	VIRTUAL (A)	I	EFETIVA (B)	I	ABSOLUTA (C)	I	A - C	B - C
1966	384.000	100,0	4.984	100,0	4.980	100,0	379.016	4
1967	402.000	104,6	6.590	132,2	6.600	132,5	395.410	-10
1968	426.000	110,9	9.990	200,4	9.900	198,7	416.010	90

FONTE: IBGE - Anuário Estatístico - 1969

- Estimativa

Como nos mostra o segundo quadro anterior - Evolução de Número de Salas de Aula, a sua evolução é de 100 no primeiro ano para 132,5 e 198,7, respectivamente, nos segundo e terceiro anos; e, assim, isso nos leva à oferta virtual:

A N O S	NÚMERO DE SALA	RELAÇÃO ESPE- CIAL	O F E R T A	
			ABSOLUTA	INDICE
1966	166	1/30	4.980	100,0
1967	220	1/30	6.600	132,5
1968	330	1/30	9.900	198,7

FONTE: Estimativa

Des dois quadros podemos concluir que, de um lado, há uma evidente e acentuada, excedência de população estudantil escolarizável sobre a demanda efetiva, e que nos mostra o alto grau de evasão do ensino em cada um dos degraus referentes às mudanças e promoções de um para outro nível de ensino; e, de outro, observa-se para o primeiro e o terceiro anos do diagnóstico, uma excedência de número absoluto da demanda em relação à própria e correspondente oferta. Todavia esse fenômeno se explica pelas medidas tomadas pelo Governo Federal em relação aos alunos excedentes, determinando as suas matrículas além do próprio número da oferta inicial.

EVOLUÇÃO DA EXCEDÊNCIA ESCOLARIZÁVEL

A N O S	EXCEDENTES VIRTUAIS	INDICE
1966	379.016	100,0
1967	395.410	104,3
1968	416.010	109,7

FONTE: ESTIMATIVA com base na população etária estudantil dentro da faixa própria da escolarização.

Apesar de tudo e do alto crescimento da oferta em relação à população escolarizável, o seu índice é crescente, em termos puramente de números absolutos já que, relativamente, como já foi dito há uma crescente absorção dessa excedência tendendo a diminuí-la.

Ainda quanto ao problema da oferta e demanda do Ensino Superior na Região nos detivemos, mais particularmente, no ensino superior e de pós-graduação, que aliás, nos mostra fatos interessantes:

- CENTRO - OESTE -

GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR

OFERTA E DEMANDA

1ª SÉRIE - 1968

ANOS	MATRÍCULAS	
	OFERTA	DEMANDA
1966	-	-
1967	-	-
1968	2.277	3.068

FONTE: Anuário Estatístico - 1969

Tal fenômeno como já ficou explicado, deve-se às medidas de eliminação de alunos excedentes, tomadas seguidamente pelo Governo Federal buscando atender a todos os estudantes examinados e aprovados em vestibulares.



### 3. EDUCAÇÃO COMO UM DOS MEIOS DE PRODUÇÃO DE SERVIÇOS

O ensino no Centro-Oeste, ainda é um privilégio de poucos.

O número de candidatos aos três níveis educacionais varia profundamente porque a educação está dividida em esfera-pública e privada -- seja porque o número de vagas é menor que o desejado, seja ainda porque a renda da população é baixa sendo essa uma das causas da desercão escolar.

Tomando esses problemas como básicos nessa análise, veremos como se dão as conclusões de curso e atendimento escolar, a distribuição segundo a dependência administrativa do ensino na Região Centro-Oeste.

#### 3.1 - CONCLUSÕES DE CURSO NA REGIÃO CENTRO-OESTE

Vejam-se como as conclusões de curso se deram na Região Centro-Oeste, no período 1966-1968, nos três níveis educacionais.

#### CONCLUSÕES DE CURSO NO CENTRO-OESTE

A N O S	ENSINO PRIMÁRIO		ENSINO MÉDIO		ENSINO SUPERIOR	
	Nº DE CONCLUS.	I	Nº DE CONCLUS.	I	Nº DE CONCLUS.	I
1966	22.813	100,0	12.674	100,0	505	100,0
1967	23.384	102,5	14.664	115,7	746	147,7
1968	24.296	106,5	15.873	125,2	933	184,7

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil - 1969 (IBGE)

De uma maneira geral, se observarmos os índices de conclusões nos três níveis de ensino, poderemos concluir que a produtividade em seu todo foi boa. Entretanto, como nos mostra o quadro abaixo -- número de conclusões de curso em relação ao número de matrículas -- houve uma queda de produtividade nos três níveis de ensino.

#### CONCLUSÕES EM RELAÇÃO AO NÚMERO DE MATRÍCULAS

A N O S	TOTAL DE MATRÍCULAS	TOTAL DE CONCLUSÕES	CONCLUSÕES COMO PORCENTAGEM TOTAL DE MATRÍC.
1966	634.599	35.992	5,67
1967	694.931	38.794	5,58
1968	799.010	41.102	5,11

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil (IBGE)

### 3.2 - Atendimento Escolar

O atendimento escolar nas zonas urbanas e rural na região Centro-Oeste, apresenta distorções das mais evidentes. Estas distorções, poderão ser vistas de maneira global, como nos mostra o quadro abaixo:

#### ATENDIMENTO ESCOLAR NOS TRÊS NÍVEIS DE ENSINO

ANOS	CENTRO-OESTE	C O M P O S I Ç Ã O E T Á R I A			
		7 - 11 anos	12-18 anos	19 e mais anos	T O T A L
1966	População	957.000	660.000	1.986.000	3.603.000
	Escolarizada	533.745	95.870	4.984	634.599
	% Escolarizada	55,80	14,52	0,25	17,61
1967	População	1.002.000	691.000	2.087.000	3.771.000
	Escolarizada	573.341	115.000	6.590	694.931
	% Escolarizada	57,22	16,64	0,32	18,43
1968	População	1.064.000	734.000	2.206.000	4.002.000
	Escolarizada	652.887	136.133	9.990	799.010
	% Escolarizada	61,55	18,55	0,45	19,96

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil (IBGE)

Deduzimos do quadro acima, a amarga realidade que a nós se apresenta. Não seria necessária nenhuma palavra, para mostrar o hiato existente entre os níveis educacionais.

A população da faixa 7-11 anos, apesar de ter uma porcentagem de escolarização baixa, sofre uma evolução razoável. O Centro-Oeste alcançou no ano de 1968 uma participação de 61,36, entretanto, continua sendo que a participação brasileira em seu total, 66,2% para o ano de 1964 (dados do SEEC)

#### POPULAÇÃO ESCOLARIZADA SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO

##### Nível Primário

ANOS	NÚMERO DE MATRÍCULAS POR ZONA				
	URBANA	% s/total	RURAL	% s/total	TOTAL
1966	369.761	69,5	163.984	30,5	533.745
1967	381.183	66,5	192.058	33,5	573.341
1968	427.305	65,5	225.582	34,5	652.887

FONTE:  
ANUÁRIO ESTATÍSTICO - IBGE - 1969

Ainda no ensino primário, vemos no quadro acima, que o atendimento que o mesmo oferece é mais deficitário na zona rural (32,8 - média dos três anos) que na zona urbana (67,2 - média dos três anos). Tal fato demonstra uma grande distorção regional sendo, a Região Centro-Oeste, uma região onde a maioria da população está na zona rural, não se compreende, uma maior participação da zona urbana no total. Entretanto, a zona rural aumenta ano a ano, sua participação.

Do ensino médio, um número enorme de municípios da região, carece dessa modalidade de ensino. O número de concluintes de ensino primário, serviria para justificar a necessidade de criação nos municípios de escolas de nível médio.

O ensino superior, ainda, está limitado aos estudantes de área urbana, e em número muito restrito. Não se trata de levar o ensino superior de imediato à zona rural. O primeiro passo, seria um aumento de número de oportunidades, na própria área onde ele se encontra. Verificamos, um número baixíssimo de atendimentos nesse nível de ensino: 0,25% em 1966, 0,32% em 1967 e 0,45% em 1968.

Resumindo, podemos dizer que a escola primária atende às pessoas das pequenas comunidades, sendo assim é ela de maior penetração territorial. A escola média, geralmente nas sedes dos municípios atinge em muito pouco a população real. O ensino superior está como dissemos acima, concentrado nos grandes centros, sendo nesta região principalmente um ensino estadual.

### 3.3 - Análise do Ensino segundo a dependência administrativa

#### 3.3.1 - Ensino Primário \*

Na Região Centro-Oeste, o ensino primário está principalmente nas mãos da iniciativa pública, em sua maioria representada pelos Governos estaduais e municipais.

No quadro abaixo poderemos nos certificar disso.

#### DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA (MATRÍCULA GERAL)

ANOS	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL PÚBLICO		TOTAL PARTICULAR		TOTAL GERAL
				MATRÍCULA GERAL	% sobre o total	MATRÍCULA GERAL	% sobre o total	
1960	6.504	174.450	37.450	218.439	80,02	54.549	19,98	272.988
1966	9.236	310.077	134.607	453.920	84,04	81.825	15,96	533.745
1967	11.482	332.136	149.371	492.989	85,90	80.352	14,10	573.341
1968	12.123	372.202	188.362	572.687	87,60	80.700	12,40	653.387

Podemos assim, desse quadro, que o ensino primário sofre gradativamente, ano a ano, uma maior participação da esfera pública, enquanto, que a esfera privada vê sua participação diminuir, ano após ano.

Consideramos o ano de 1960, para efeito de uma melhor análise. Já nesse ano a participação da esfera pública era maior que a participação da esfera privada.

Nos três últimos anos, a média de participação da esfera pública no atendimento à população de ensino primário, foi de 65,85% igual a média brasileira, segundo os dados de IBGE/CAVES. Os restantes 34,15 % matriculados nas entidades particulares, saíam pelo menos numa pequena parcela, ensino gratuito através de bolsas de estudos ou gratuidade.

### 3.3.2 - Ensino Médio

O ensino médio, na Região Centro-Oeste, demonstra um certo equilíbrio entre as esferas pública e privada, quando falamos em participação das mesmas.

A esfera pública, entretanto, alcançou nos últimos anos, uma participação bem maior que nos anos anteriores. Até 1960, como vemos no quadro abaixo, era a esfera privada que predominava na Região.

Dependência Administrativa no Ensino Médio (Matrícula Geral).

ANOS	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL PÚBLICO		TOTAL PARTICULAR		TOTAL GERAL
				Mat. Ger.	% s/ total	Mat. Ger.	% s/ total	
1960	289	10.278	362	10.929	46,66	12.539	52,34	23.468
1966	2.244	34.904	16.680	53.828	56,30	41.042	43,30	94.870
1967	3.582	41.143	20.805	65.530	56,90	49.532	43,10	115.062
1968	5.798	53.407	24.756	83.691	61,00	53.582	39,00	137.543

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil (IBGE)

A partir dos anos, 60, o total de matrículas no ensino público aumentou assustadoramente, talvez pela criação de Brasília e pelos gastos governamentais em educação nela feita. A Região Centro-Oeste, e comparada com o resto do Brasil, se acha bem adiantada em número de alunos gratuitos no ensino médio.

Esses resultados, apesar de serem promissores, não são de todo acertos. É preciso, que o progresso até aqui feito, não seja esbanjado, para que haja uma maior democratização desse ensino.

Como nos mostra o relatório de educação do EPEA: "no ensino médio mais importante que o custo da unidade escolar é o custo de substituição, isto é, a renda que o jovem deixa de auferir, renunciando o trabalho em favor do estudo." Portanto, é necessário que a participação pública aumente cada vez mais.

### 3.3.3 - ENSINO SUPERIOR

O ensino superior é relativamente novo na Região Centro-Oeste. Desde o início de alguns anos para cá desenvolveu-se, com certa rapidez, esse nível de ensino.

Infelizmente, sobre a participação pública e privada nesta modalidade de ensino, pouco podemos adiantar por falta de dados tanto do IBGE quanto da SEGE.

Despesas, sim, de dados genéricos sobre as matrículas mas que, entretanto, não especificam em que dependência administrativa foram elas efetivadas.

Entretanto, em relação aos cursos, havia em Mato Grosso 18, em Goiás 39, em Brasília 25, no ano de 1968.

No Centro-Oeste, aproximadamente 80% desses cursos estão em mão de dependências públicas. Como no resto do país, o ensino superior é frequentado principalmente pelas classes ricas, médias superiores e médias inferiores; é preciso, portanto, tornar esse ensino mais democrático, através de uma maior abertura da Universidade.

#### 4 - Despesas com educação e análise dos fatores de ensino:

A educação absorve cada vez mais uma parcela maior da renda nacional. Para Friedricolei Edding, isto era devido ao desenvolvimento industrial; este, exigindo uma força de trabalho mais especialização e, pois, instituições permitindo um ensino mais forte. Entretanto, uma nação que se enriquece pode aumentar de maneira sistematica suas despesas em educação, proporcionalmente ao aumento de suas riquezas.

Nessa análise, nesse parágrafo, constituirá em levantar análise as despesas com a educação no Centro-Oeste, e ao mesmo tempo, analisar os fatores de ensino (corpo docente e pessoal administrativo, prédios, equipamentos, etc.), independentemente desses gastos ou em relação com eles.

#### 4.1 - Despesas com educação :

##### Aspectos quantitativos:

Faremos primeiramente, aqui, essa análise. É conveniente separar os dois aspectos, qualitativo e quantitativo, pois assim teremos uma melhor visão de emprego dos gastos com educação na Região.

#### Despesas em Educação e sua Participação sobre o PIB (em R\$)

A N O S	DESPESAS EM EDUCAÇÃO	P I B	DESPESAS EM RELAÇÃO AO P I B (%)
1966	231.292.221	3.361.709.900	6,88
1967	243.593.988	3.403.253.343	7,15
1968	255.743.599	3.453.058.146	7,40

FONTE: CUBEGO

Ministério da Educação e Cultura - PEE

Orçamento da União - D.O.U.

A relação despesas com educação sobre o PIB, apresenta uma média de 7,14%, enquanto que a média brasileira no período 1960/1964 foi de 2,5, segundo dados de SNEC. São portanto, animadores os investimentos e gastos correntes com educação na Região Centro-Oeste.

DESPESAS COM EDUCAÇÃO SEGUNDO A DEPENDENCIA ADMINISTRATIVA E NÍVEIS DE ENSINO

( Em milhares de Ror\$ )

ANOS	DEPENDENCIA ADMINISTRATIVA								TOTAL
	FEDERAL			ESTADUAL			MUNICIPAL		
	SUPERIOR	MÉDIO	PRIMÁRIO	SUPERIOR	MÉDIO	PRIMÁRIO	MÉDIO	PRIMÁRIO	
1966	53.241	4.223	2.875	91.832	24.306	14.283	11.006	29.526	231.292
1967	52.402	4.831	4.313	99.985	24.386	15.119	10.958	31.599	243.593
1968	53.801	5.159	6.022	103.949	26.459	17.705	13.169	31.482	255.743

PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DAS DESPESAS SEGUNDO A DEPENDENCIA ADMINISTRATIVA

( Em milhares de Ror\$ )

ANOS	DEPENDENCIA ADMINISTRATIVA						TOTAL	
	FEDERAL		ESTADUAL		MUNICIPAL		V. ABSOLUTO	%
	V. ABSOLUTO	% S/TOTAL	V. ABSOLUTO	% S/TOTAL	V. ABSOLUTO	% S/TOT.		
1966	60.339	26,09	130.421	56,39	40.532	17,52	231.292	100,00
1967	61.546	25,27	139.490	57,26	42.557	17,47	243.593	100,00
1968	64.983	25,41	146.114	57,13	44.646	17,46	255.743	100,00

PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DAS DESPESAS SEGUNDO OS NÍVEIS DE ENSINO

( Em milhares de Ror\$ )

ANOS	NÍVEIS DE ENSINO						TOTAL	
	SUPERIOR		MÉDIO		PRIMÁRIO		V. ABSOLUTO	%
	V. ABSOLUTO	% S/TOTAL	V. ABSOLUTO	% S/TOT.	V. ABSOLUTO	% S/TOTAL		
1966	145.075	62,72	39.535	17,09	46.684	20,19	231.292	100,00
1967	152.387	62,56	40.175	16,51	51.031	20,93	243.593	100,00
1968	157.750	61,68	44.787	17,51	53.206	20,81	255.743	100,00

FONTE: Ministério da Educação e Cultura - PNE

SUDECO

ORÇAMENTO DA UNIÃO - DIÁRIO OFICIAL

Fuam falaremos sobre os quadros anteriores pois os mesmos são bastantes eloquentes.

O que podemos adiantar, entretanto, é que as variações havidas nesses três anos foram poucas ou quase não existiram. A participação federal, estadual e municipal em nada mudou. A participação de ensino superior, médio e primário, também não sofre quase nenhuma alteração.

#### GASTOS COM O CORPO DOCENTE E PESSOAL ADMINISTRATIVO

A N O S	CORPO DOCENTE	F. ADMINISTRATIVO	T O T A L	% S/ os despe- sas com educa- ção
	VALOR ABSOLUTO	VALOR ABSOLUTO		
1966	7.181.713	2.302.081	9.483.794	4,1
1967	8.313.600	2.510.324	10.823.924	4,4
1968	9.788.559	3.091.255	12.879.834	5,0

#### SALÁRIO MÉDIO UNITÁRIO DOS PROFESSORES

A N O S	Gastos com o corpo docente (A)	Nº de professores (B)	Salário médio unitário (A) (B)
1966	7.181.713	23.483	302,80
1967	8.313.600	25.980	320,00
1968	9.788.559	31.515	310,60

Fonte: Plano trienal de Estado de Goiás.

Ampliar Estatístico e Cultura - PNE

Ministério da Educação e Cultura

Os dados acima, sobre gastos com corpo docente e com o pessoal administrativo, bem como o salário médio unitário do professor na Região Centro-Oeste, sobretudo Goiás apresenta certas distorções.

Primeiramente o salário aqui demonstrado, tem como defeito, ser ele um salário global para os três níveis de ensino, quando sabemos (que os salários pagos no primário são menores que no secundário e estes menores que no superior).

Em seguida seria falso concluir que na Região são pagos salários altos; em alguns municípios não se paga nem o salário mínimo exigido. Ainda, quando falamos em número de professores, deixamos de dizer, que um professor pode lecionar em um ou mais turnos, ou em uma ou mais escolas, ganhando assim, um ou mais salários.

Deduzimos do quadro anterior que, apesar dos acréscimos havidos anualmente nas despesas com educação por parte dos Estados, Território e Distrito Federal, é este último, aquele que realmente mais progride em termos relativos. Isso se deve em grande parte, aos gastos com a Universidade de Brasília, que, a cada ano, cresce assustadoramente, sendo, sem dúvida, aquela que mais cresce no País.

#### Prédios, equipamentos, instalações:

Como foi dito, as dificuldades apresentadas para falar-se em gastos ítem, digo, nesse ítem, nos impede de diversificações dos investimentos ou melhorias feitas nos prédios, equipamentos, instalações, etc.

O Serviço de Estatística da Educação e Cultura não processa e levantamento dessas dados. Disponho somente de dados, quanto ao número de prédios e salas de aula existentes nos três níveis de ensino. Entretanto estes já foram abor dados na análise, da demanda e oferta e tornarão a est-los na parte sobre produti vidade do ensino.

Não seria, portanto, necessário vermos, aqui esse problema.

#### 4.2 - ANÁLISE DOS FATORES DO SISTEMA EDUCACIONAL

A educação observa uma parcela importante da mão-de-obra tanto sob o ponto de vista quantitativo, quanto sob o ponto de vista qualitativo.

O Quadro abaixo mostra o total de docentes existentes na Região Centro-Oeste nos níveis primário, médio e superior.

#### EVOLUÇÃO DO CORPO DOCENTE TOTAL NO CENTRO-OESTE

A N O S	Total de professores Centro-oeste	População Total Centro-Oeste	%
1966	23.485	4.127.000	0,57
1967	25.980	4.320.000	0,60
1968	31.515	4.586.000	0,68
TOTAL NO BRASIL	634.812	89.376.000	0,72 %

FONTE: MEC - Secretaria Geral do PNE

Observa-se pelos apresentados que em 1966 os 23.485 docentes representavam 0,57% da população, em 1967 os 25.980 representavam 0,60 e, em 1968 os 34.515 representavam 0,68% da população, o que representa um contingente razoável em relação ao coeficiente brasileiro, que é de 0,72% , em 1968.

#### COMPOSIÇÃO QUANTITATIVA

A composição quantitativa do corpo docente no Centro-oeste, segundo os níveis de ensino, será mostrada na análise da produtividade. (Vide análise da produtividade).



Os salários variam segundo a qualificação do professor, isto é, se trata-se de professor diplomado, se tem curso colegial, ginasial, primário ou não.

#### ASPECTO QUALITATIVO

Varemos aqui, a discriminação das despesas em custeio e investimentos, na mesma série de anos.

#### DESPESA EM EDUCAÇÃO, SEGUNDO A CATEGORIA ECONOMICA

ANOS	C U S T E I O		I N V E S T I M E N T O		T O T A L	
	V. ABSOLUTO	% s/o total	V. ABSOLUTO	% s/o total	V. ABSOLUTO	% s/o total
1966	124.425.215	53,8	106.857.006	46,2	231.299.221	100,0
1967	129.835.596	53,3	103.758.392	46,7	243.593.988	100,0
1968	132.219.441	51,7	123.524.158	48,3	255.733.599	100,0

FONTE: Ministério da Educação e Cultura - PNE

SUDECO

Orçamento da União - Diário Oficial

Verificamos, que os investimentos em educação nos últimos anos têm apresentado acréscimos razoáveis. Isto quer dizer que novas escolas estão surgindo, o número de vagas portanto aumentará, melhores instalações e equipamentos terrenos, etc.

Seria interessante, analisarmos como se deram esses investimentos, entretanto, as estatísticas são globais e não analíticas.

#### PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS, TERRITÓRIO E DISTRITO FEDERAL NAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO - NORO

DISTRITO FEDERAL		GOIÁS		MATO GROSSO		RONDÔNIA	
V. ABSOLUTO	% s/o total	V. ABSOLUTO	% s/o total	V. ABSOLUTO	% s/o total	V. ABSOLUTO	% s/o total
34.641.616	14,97	106.162.399	43,89	83.309.144	36,02	7.179.062	3,12
43.302.020	17,78	108.091.723	44,37	85.021.183	34,00	7.179.062	2,95
51.404.463	20,10	109.124.321	42,66	87.542.578	34,23	7.672.237	3,01

#### CONTINUAÇÃO

A N O S	REGIÃO CENTRO-OESTE	
	V. ABSOLUTO	% s/o total
1966	231.292.221	100,00
1967	243.593.988	100,00
1968	255.743.599	100,00

## COMPOSIÇÃO QUALITATIVA

A composição qualitativa do corpo docente no Centro-Oeste não é razoavelmente conhecida para o ensino primário; em especial os dados do Censo Escolar de 1966, 67, 68 permitem verificar o seu grau de formação docente do ensino primário comum no Centro-Oeste desde 1966, segundo especialização e tipo de atividade.

Grças ao Censo Escolar existem dados mais desagregados quanto à formação educacional do corpo docente.

### CORPO DOCENTE DO ENSINO PRIMÁRIO NO CENTRO-OESTE

ANOS	TOTAL	NORMALISTAS		NÃO NORMALISTAS	
		Nº ABSOLUTO	% sobre o total	Nº ABSOLUTO	% sobre o total
1966	15.390	5.812	37,0%	9.578	63,0%
1967	16.504	5.540	34,0%	10.964	66,0%
1968	19.439	6.980	35,0%	12.458	65,0%

FONTE: MEC - Secretaria Geral - Secretaria Executiva de FNE - CENSO ESCOLAR

Segundo o censo escolar de 1966 existiam então 15.390 professores sendo 5.812 normalistas (37%) e 9.578 não normalistas (63%). Em 1967 existiam 16.504 professores sendo 5.540 (34%) normalistas e 10.964 (66%) não normalistas e, em 1968 existiam 19.438 professores, sendo 6.980 normalistas (35%) e 12.458 não normalistas (65%).

### GRÁU DE INSTRUÇÃO DOS PROFESSORES NORMALISTAS EM 1966 (MEC)

NÍVEL EDUCACIONAL	QUANTIDADES	PERCENTAGEM DO TOTAL
1º Cicle	8.390	54,52 %
2º Cicle	5.130	33,33 %
Pós Colegial	1.870	12,15 %
Total de normalistas	15.390	100,00 %

### GRÁU DE INSTRUÇÃO DOS PROFESSORES NORMALISTAS EM 1967 (MEC)

NÍVEL EDUCACIONAL	QUANTIDADES	PERCENTAGEM DO TOTAL
1º Cicle	9.000	54,53 %
2º Cicle	5.501	33,33 %
Pós Colegial	2.003	12,14 %
TOTAL DE NORMALISTAS	16.504	100,00 %

Talvez dados são de grande importância para uma análise da produtividade. Se compararmos a média de aprovações, no ensino primário, com a média de professores normalistas chegamos à conclusão que temos um saldo positivo muito bom.

PERCENTUAL DE NORMALISTAS E APROVAÇÕES - ENSINO PRIMÁRIO

A N O S	P E R C E N T U A L	
	NORMALISTAS	APROVAÇÕES
1966	37 %	54 %
1967	34 %	53 %
1968	35 %	53 %

FONTE: MEC - INOE

Da mesma forma, devemos encarar o ensino médio onde os professores em sua grande maioria, não são senão ex-secundaristas. As estatísticas são difíceis de se achar. Somente dispomos de dados sobre o Brasil, onde o relatório de EPEA nos diz que 25% do corpo docente no ensino médio das Escolas de Filosofia e em outras 25% são recrutados entre profissionais de nível superior, com formação em outras escolas os restantes 50% estão distribuídos entre professores leigos e normalistas que não têm sequer o curso médio completo.

4.3 - INSUMOS

O levantamento das despesas gerais com a educação é o que, aqui, foi designado como Despesas com a Educação e abrange, além dos salários, também os insumos, assim:

$$D C E = C_e + I$$

$$C_e = S_e + S_i$$

Onde:

D C E = Despesas com Educação

C<sub>e</sub> = Custeio

I = Investimentos na Educação

S<sub>e</sub> = Salários e Vencimentos

S<sub>i</sub> = Insumos

Logo, tendo como consta de quadros neste trabalho, o Custeio(C<sub>e</sub>) e o valor dos salários e vencimentos(S<sub>e</sub>) determinam o valor dos insumos.

CUSTO DOS INSUMOS NA EDUCACAO

Ror\$ 1.000,00

ANOS	CUSTEIO	SALÁRIOS E VENCIMENTOS	INSUMOS	PERCENTUAL SOBRE	
1966	124.435	9.484	114.992	92,40	49,70
1967	129.836	10.824	119.012	91,60	48,80
1968	132.219	12.880	119.339	90,20	45,60

FONTE: MEC - IBGE

Como se vê, a participação dos insumos é bastante significativa em relação à despesa de Custeio, atingindo cerca de 90% em média, enquanto que, comparadas com a despesa geral com a educação o seu comportamento fica bem próximo dos 50%.

RELAÇÃO ENTRE O NÚMERO DE MATRÍCULAS E SALAS DE AULA, NOS TRÊS NÍVEIS DE ENSINO

ANOS	ENSINO PRIMÁRIO	ENSINO SECUNDÁRIO	ENSINO SUPERIOR
1966	55,36	43,26	30,082
1967	52,80	45,67	29,95
1968	54,08	45,93	30,27

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil - IBGE

LEVANTAMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DA SUDECO

Deduzimos desse quadro, que o número de alunos por salas de aula é alto nos ensinos primário e médio, enquanto no superior a relação existente é de grande aceitação. Porém, seria precipitado de nossa parte, concluirmos dessa maneira.

Devemos considerar ainda, o número de turnos existentes, pois acin-teríamos certamente um número menor de alunos por sala de aula. Ainda, que zona rural a capacidade ociosa ditada por essa relação, está determinada pela dispersão da geográfica e do zoneamento inadequado das escolas.

A relação alunos/professores é outro mais pelo qual podemos estudar a produtividade no sistema escolar. A carência de professor no Centro-oeste, como no Brasil de uma maneira geral, implica que o número insuficiente destes, seja utilizado no máximo. A alta como a baixa relação alunos/professor, são perniciosas à qualidade do ensino.

RELACÃO ALUNOS/PROFESSOR NOS TRÊS NÍVEIS DE ENSINO

A N O S	ENSINO PRIMÁRIO	ENSINO MÉDIO	ENSINO SUPERIOR
1966	32,47	16,52	4,02
1967	33,38	15,69	4,47
1968	31,92	14,84	5,32

C FONTE: Anuário Estatístico do Brasil (IDEB)

No ensino primário, a média para os três anos analisados foi de 32,59. Esta média é relativamente boa; assim é que o Brasil apresenta aproximadamente a mesma média (31,0), como a maioria de outros países (dados do SEEC).

No ensino médio, a relação alunos/professor apresenta uma média excelente (15,68). O aproveitamento por parte dos alunos, não considerando o problema curricular e outros existentes, seria o máximo. A média acima é equivalente a média brasileira (16,0), e de outros países (dados do SEEC).

No ensino superior, a média é baixa (4,6), donde deduzimos que este apresenta uma produtividade baixíssima, no tocante à relação sobre a qual falamos.

As conclusões apresentadas até aqui, nos mostram somente uma face de que poderíamos chamar de produtividade do ensino, não devendo, portanto, generalizarmos, pois se tal acontecesse, estaríamos incorrendo numa falta grave.

5.3 - EVASÃO ESCOLAR E REPROVAÇÃO

A capacidade acima, sobre a qual falamos até aqui, adicionada à evasão escolar e também às reprovações, nos dá o grau de produtividade do ensino.

SELETIVIDADE NO ENSINO NO CENTRO-OESTE

A N O S	ENSINO PRIMÁRIO			ENSINO MÉDIO		CONCLUINTE DO ENSINO MÉDIO/MATRICULAS NA 1ª SÉRIE PRIMÁRIA - %
	Matriculas 1º ano	Matricula total	CONCLUSÕES	MATRICULA	CONCLUSÕES	
1966	305.202	533.745	22.813	95.870	12.674	4,15
1967	326.739	573.341	23.384	115.000	14.664	4,49
1968	363.516	652.887	24.296	136.133	15.873	4,37

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil (IDEB)

É pouco, portanto, o número de alunos que concluem o curso secundário em relação aos matriculados no 1º ano primário. A deserção enorme que vemos no quadro acima, apresenta nos três anos em estudo, uma média de 4,34%, maior que a média brasileira, segundo dados do SEEC.

As taxas de reprovação e a desistência propriamente ditas, são portan-  
to grandes fatores de baixa produtividade.

Essa produtividade ainda é mais baixa, quando falamos de ensino sup-  
rior. Se fôssemos calcular a porcentagem de concluintes de ensino superior em relação  
às matrículas na 1ª série primária, veríamos somente taxas irrisórias. Não há necessi-  
dade de irnos tão longe; bastaria que comparássemos o número de matrículas feitas, nã-  
o o curso com o número de concluintes, como fizemos na parte referente às conclusões.

Devemos ainda, nessa análise, vermos o total de aprovações em relação  
à matrícula geral. Para isso dispomos somente de dados no ensino primário e secundário.

#### APROVAÇÕES NO ENSINO MÉDIO E PRIMÁRIO

A N O S	ENSINO PRIMÁRIO			ENSINO MÉDIO		
	MATRÍCULA GERAL	TOTAL DE APROVAÇÕES	APROVAÇÕES C/O % DE	MATRÍCULA GERAL	TOTAL DE APROVAÇÕES	APROVAÇÕES C/O % DA M.
1966	533.745	448.392	84,00	95.870	69.098	72,10
1967	573.341	479.604	83,60	115.062	79.899	69,40
1968	632.887	543.068	83,20	136.133	95.890	70,40

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil - (IBGE)

#### E N S I N O S U P E R I O R

ANOS	MATRÍCULA GERAL	APROVAÇÕES	APROVAÇÕES COM % DA M
1966	4.984	3.122	62,6
1967	6.546	4.221	63,5
1968	9.990	5.487 *	54,9

\* \* Dado estimado

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (IBGE)

Nota-se que o índice de aprovações no ensino primário, médio e supe-  
rior é relativamente elevado. Devemos dizer, que essa alta taxa é devida em grande  
parte à Brasília. Isso porque, no Distrito Federal o índice de reprovações no ensino  
primário é quase nulo.

No ensino médio, entretanto, é válida e que foi dito anteriormente,  
e parece acontecendo com o ensino superior.

A N O S	DESPESA MÉDIA ANUAL POR ALUNO (NORS)		
	PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO	SUPERIOR
1966	87,46	412,38	29.107,71
1967	89,01	349,16	23.123,97
1968	81,49	328,99	15.790,08

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil - (IBGE)  
 Ministério da Educação e Cultura - PNE  
 SUPLENTO - ORÇAMENTO DA UNIÃO

Da análise de quadro acima, devemos ter cuidado sobre certas interpretações que surgirão.

Assim é que, as despesas médias com o ensino primário são baixas e até mesmo continuam abaixando, ver ano de 1968. No ensino médio, as despesas por aluno/ano também é baixa e sofre ano a ano o mesmo fenômeno que o ensino primário, isto é, despesas diminuem. Entretanto, o ensino superior apresenta despesas elevadíssimas. A relação despesa média anual per aluno/ano no ensino superior é, em média nos três anos))) vézes maior que o ensino primário, relação maior que a brasileira (34) e de outros países.

A alta despesa aluno/ano no curso superior não significa ineficiência; por vézes essa alta despesa está ligada com um ensino de alta qualidade. Uma das causas, entretante que poderíamos adiantar, são os investimentos de grande monta feitos nos diversos estabelecimentos nos últimos anos, e que não é um erro e sim qualidade.

#### 6. - PRODUTIVIDADE DO SISTEMA EDUCACIONAL NA REGIÃO

Na educação podemos combinar os recursos de diferentes maneiras, utilizando diferentes combinações de trabalho, de capital, de ensino.

No decorrer do tempo, o capital utilizado para instruir uma criança pode-se modificar. As escolas podem crescer, mais equipadas e o número de auxiliares aumentar.

A qualidade do ensino dado, por combinação de recursos pode variar enormemente.

As diferentes combinações de trabalho e de capital empregadas pelas diferentes técnicas de educação não criaram diretamente um interesse considerável, se bem que, diferentes tendências nos preços desses fatores implicaram numa mudança importante em sua utilização.

Em geral, os métodos modernos de educação demandam uma maior intensidade de trabalho em valor absoluto por conseguinte uma menor, em valor relativo.

Cabe neste parágrafo, estudar a produtividade fazendo comparações entre os resultados obtidos e resultados que poderiam ser. Assim, utilizaremos o método comparativo entre as conclusões do curso e o atendimento escolar; veremos, ainda, a capacidade física (prédios, instalações, etc.); e corpo docente e as perdas por desercão e reprovação.

## 6.1.- AS CONCLUSÕES DE CURSO

- Conclusões de curso em relação à matrícula geral no Centro-este -

A N O S	CONCLUSÕES COM % DA MATRÍCULA GERAL		
	ENSINO PRIMÁRIO	ENSINO SECUNDÁRIO	ENSINO SUPERIOR
1966	4,27	13,22	10,13
1967	4,07	12,75	11,32
1968	3,72	11,66t	9,34

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil (IBGE)

Vemos através desse quadro que a produtividade caiu assustadoramente nos três níveis de ensino.

A causa disto, está principalmente no fato de estímularem um maior número de vagas nos três níveis de ensino, e não criarem condições em que realmente o aluno possa se desenvolver. Assim é que um aluno chegando à Universidade, se não tiver por si um poderio financeiro, razoável, ele deixará os estudos. O mesmo acontece no ensino primário e médio.

Dessa maneira, temos um ensino, tipo "funil". Um número enorme de matriculados nos primeiros anos e alguns concluindo cursos.

## 6.2 - CAPACIDADE OCIOSA

A capacidade ociosa no ensino, é determinada por prédios, instalações, equipamentos e pelo corpo docente existente no sistema.

Para isso, nos serviremos da análise feita pelo KPEA sobre o diagnóstico da educação no Brasil. Para este órgão, a capacidade ociosa no ensino apresenta-se sobre dois aspectos distintos: a capacidade ociosa existente, verificada nas condições usuais de utilização dos meios disponíveis? a capacidade ociosa potencial, existentes se considerarmos as possíveis reformas e melhorias na utilização usual dos meios disponíveis.

Infelizmente não dispomos de dados sobre os equipamentos. Entretanto, poderemos chegar a certas conclusões lógicas sobre os mesmos. Seria assim uma análise baseada numa realidade evidente, faltosa em dados quantitativos.

Sobre as instalações, devemos dizer, que as mesmas são correntes, tanto em número como em qualidade. Tanto na zona urbana como na zona rural notamos uma capacidade ociosa relevante. Na zona urbana vemos um contingente enorme de alunos; o excesso de escolares nas salas de aula faz com que a produtividade seja baixa, em termos de aprendizagens. Na zona rural a capacidade ociosa é, ao contrário, determinada muitas vezes pelo baixo número de alunos demandantes. Assim, temos duas realidades conflitantes, como veremos abaixo num quadro demonstrativo.



Igualmente, aqui, nossa análise se verá prejudicada pela falta de dados referentes a distribuição de salas de aula pela zona urbana e rural. Faremos uma análise global, portanto.

### III - PROGRAMAÇÃO

## I - CONSIDERAÇÕES

A partir do estudo, no Diagnóstico, de demanda e de oferta, dos fatores de produção do Setor, bem como o custo de produção do Serviço Educação, abrangendo o seu custeio e o investimento no Setor, foram, então, estabelecidas várias relações especiais, de modo geral tomando o aluno como base, já que ele é a nossa meta.

De posse desse instrumental e já com um melhor conhecimento das variáveis através do Diagnóstico do Setor, foi possível fazermos a projeção e a programação das variáveis consideradas.

Preliminarmente, sentidas as várias taxas médias, foi feita uma projeção inicial para a população, a sua distribuição etária, e as demandas para os vários níveis de ensino; em seguida, à vista da análise comparativa entre a demanda vital escolarizável projetada e a projeção da população estudantil efetivamente demandante no período considerado no Diagnóstico, consideramos de bom alvitre sugerir algumas diretrizes.

Afinal, foram projetadas os vários fatores de produção, os gastos com a Educação e os investimentos no Setor, em equipamentos e em construções.

O quadro e mostrados nos itens que se seguem dão-nos uma idéia geral das várias projeções e, bem assim, da programação para o Setor Educação segundo os seus vários níveis de ensino.

## II - DIRETRIZES

Nessa segunda parte de nosso trabalho, traçaremos as linhas mestras sobre as quais, o ensino na Região Centro-Oeste deve se desenvolver:

1 - Combater o analfabetismo é elemento prioritário da educação na Região. Para isso, propõe-se não só o aumento do número de vagas no ensino primário, como também programas de assistência rápida aos municípios que não tenham condições para acabar com a "paralisia infantil" em que se encontra a população ávida de ensino. Os programas de assistência, não estão sujeitos à SUIECO, senão as dotações orçamentárias. Mas para por em prática esses programas é necessário que a SUIECO assine convênios com órgãos interessados.

2 - Dar assistência às escolas técnicas de nível médio, utilizando não só ao máximo, aquelas já existentes, como também estimular a criação ou ampliação delas. As escolas técnicas de nível médio, são de grande valia para o desenvolvimento da mão-de-obra semi-especializada, de que a Região Centro-oeste tanto necessita.

3 - Reduzir a taxa de evasão escolar, como procura de um maior aumento de produtividade. Entretanto, como vimos no diagnóstico, o principal fator de evasão são as baixas rendas familiares. Não se trata aqui, pois, de aumento referente a aumento de renda; isso ficaria para um diagnóstico sobre recursos humanos.

4 - Aumentar o número de bolsas de estudo, como parte do desenvolvimento da diretoria anterior. Aumentar a participação do ensino em qualquer nível na vida da cidade.

5 - Melhorar o salário médio do corpo docente e do pessoal administrativo. Para isso, é necessário que haja aumento salarial, em todos os níveis de ensino, principalmente no superior. Dar condições, ao professor universitário de fazer pesquisas.

## PROJEÇÕES E PROGRAMAÇÕES

Como resultado das projeções de várias de nossas variáveis, apresentamos a seguir, o estudo da demanda e oferta da Educação segundo os cálculos das projeções, feitos para os três níveis de ensino.\*

Em seguida, em função de Diagnóstico e de projeção, faremos programação geral para os três níveis de ensino, objeto de nosso trabalho.

### 1 - Ensino Primário

Nesse nível de ensino, cuja taxa de matrícula inicial, é satisfatória, mesmo assim, previmos a sua elevação. Em 1966, sua taxa era de ordem de 55,0 %, já para 1971 foi programada em 63,0 %. Para a elevação dessa taxa previmos, por exemplo, para o último ano desse Plano, um gasto da ordem de R\$ 109.268.588,00 (cento e nove milhões, duzentos e sessenta e oito mil, quinhentos e oitenta e oito cruzeiros novos), a serem aplicados em equipamentos, em construções e no Custeio de Serviço.

### 2 - Ensino Médio

A taxa de matrícula nesse nível de ensino, em 1966, era de ordem de 14,8 %. Através da projeção está programada, para 1971, a sua elevação para 25,8%. Isto exigirá gastos no montante correspondente a R\$ 37.149.216,00 (trinta e sete milhões, cento e quarenta e nove mil, duzentos e sessenta e seis cruzeiros novos), inclusive para o custeio de ensino, nesse nível.

### 3 - Ensino Superior

A matrícula nesse nível de Ensino, em 1966, tinha uma taxa equivalente a 1,2%; para 1971, ela está programada para 5,6%. A elevação dessa taxa exigirá um gasto da ordem de R\$ 7.121.537,00 (sete milhões, cento e vinte e sete e um mil, quinhentos e trinta e sete cruzeiros novos), em custeio, construções e equipamentos.

ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO DA RIBELIÃO

(Em 1.000 hab.)

ANO	TOTAL	D. FEDERAL	GOIÁS	M. GROSSO	T. RONDÔNIA
1969	4.835	550	2.725	1.439	121
1970	5.097	689	2.861	1.510	129
1971	5.412	730	2.975	1.570	137

DISTRIBUIÇÃO ETÉRIA DA POPULAÇÃO REGIONAL

DISTRIBUIÇÃO	1969	1970	1971
De 0 a 6 anos	609	642	681
De 7 a 11 anos	1.121	1.182	1.255
De 12 a 18 anos	768	810	860
De 19 a 24 anos	450	474	503
De 25 e mais anos	1.887	1.989	2.113
<b>Total</b>	<b>4.835</b>	<b>5.097</b>	<b>5.412</b>

PROJEÇÃO DA DEMANDA EFETIVA E VIRTUAL E RELAÇÕES ESPECIAIS

1. - Ensino Primário

ANOS	NÚMERO DE ALUNOS	NÚMERO DE PROFESSORES	ALUNO/PROP.	NÚMERO DE SALAS DE AULA	ALUNO/SALA DE AULA
<u>DIAGNÓSTICO</u>					
1966	533.745	16.438	32/47	9.641	53/36
1967	573.341	17.176	33/38	10.859	52/80
1968	632.887	20.545	31/92	12.073	54/08
<u>PROGRAMAÇÃO</u>					
1969	694.672	21.315	32/59	12.845	54/08
1970	739.131	22.680	32/59	13.667	54/08
1971	786.435	24.131	32/59	14.542	54/08

2. - ENSINO MÉDIO

DIAGNÓSTICO

<u>ANOS</u>	<u>NÚMERO DE ALUNOS</u>	<u>NÚMERO DE PROFESSORES</u>	<u>ALUNO/PROP.</u>	<u>NÚMERO DE SALAS DE AULA</u>	<u>ALUNO/SALA DE AULA</u>
1 966	95.870	5.803	16/52	2.216	43/26
1967	115.062	7.333	15/69	2.519	45/67
1968	136.133	9.173	14/84	2.964	45/93
<u>PROGRAMAÇÃO</u>					
1969	160.296	10.223	15/68	3.566	44/95
1970	188.748	12.037	15/68	4.199	44/95
1971	222.250	14.183	15/68	4.944	44/95

3. - ENSINO SUPERIOR

DIAGNÓSTICO

1 966	4.984	1.240	4/02	166	30/02
1 967	6.590	1.474	4/47	220	29/95
1 968	9.990	1.878	5/32	330	30/27

PROGRAMAÇÃO

1 969	14.176	3.079	4/60	471	30/08
1 970	20.115	4.372	4/60	669	30/08
1 971	28.543	6.211	4/60	948	30/08

- CENTRO - OESTE -

PROJEÇÃO DOS INVESTIMENTOS SEGUNDO O NÍVEL DE ENSINO

<u>ANOS</u>	<u>PRIMÁRIO</u>	<u>MÉDIO</u>	<u>SUPERIOR</u>	<u>TOTAL</u>
1969	101.051.615	20.053.722	3.707.858	132.813.175
1970	105.290.568	32.349.096	5.161.062	142.800.726
1971	109.268.588	37.149.216	7.121.537	153.539.341

PROJEÇÃO DA APLICAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

ANOS	TOTAL	EQUIPAMENTOS	CONSTRUÇÕES
1 969	132.813.175	39.843.953	92.969.222
1 970	142.800.726	42.831.218	99.969.508
1 970	153.539.341	46.061.802	107.477.539

PROJEÇÃO DA DEMANDA EFETIVA E VIRTUAL DO ENSINO PRIMÁRIO, MÉDIO E SUPERIOR

POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL E ESCOLARIZADA

N O S	POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL				POPULAÇÃO ESCOLARIZADA						
	PRIMÁRIO	MÉDIO	SUPERIOR	TOTAL	PRIMÁRIO		MÉDIO		SUPERIOR		TOTAL
					ABSOLUTO	I	ABSOLUTO	I	ABSOLUTO	I	
					D I A G N Ó S T I C O						
1 966	957.000	660.000	384.000	2.001.000	533.745		95.870		4.984		634.599
1 967	1.002.000	691.000	402.000	2.095.000	573.341	7,42	115.062	20,02	6.590	32,22	694.993
1 968	1.069.000	734.000	426.000	2.229.000	652.887	13,87	136.133	15,48	9.990	51,59	802.010
					P R O J E Ç Ã O						
1 969	1.121.000	768.000	450.000	2.339.000		10,64		17,75		41,90	
1 970	1.172.000	810.000	474.000	2.456.000		10,64		17,75		41,90	
1 971	1.255.000	860.000	503.000	2.618.000		10,64		17,75		41,90	

FONTE : I B G E : Anuário Estatístico do Brasil - 1.969 - Estimativas  
- Programação



PROJEÇÃO DOS GASTOS COM A EDUCAÇÃO

- CENTRO - OESTE -

M. I.

ANOS	GASTOS COM EDUCAÇÃO		C U S T E I O						I N V E S T I M E N T O		PROFESSOR	
			I N S U M O S		V A L O R A G R E G A D O		T O T A L				S A L Á R I O M E D I O U N I T Á R I O	
	VALOR EM NCR\$	TAXA DE	VALOR EM NCR\$	TAXA DE	VALOR EM NCR\$	TAXA DE	VALOR EM NCR\$	TAXA DE	VALOR EM NCR\$	TAXA DE	VALOR NCR\$	TAXA DE

DIAGNÓSTICO

1966	231.292.221	-	114.991.481	-	9.483.794		124.435.215		106.857.006		305,80	-
1967	243.593.988	5,31	119.011.672	3,49	10.823.924	14,13	129.835.596	4,34	113.758.392	6,46	320,00	4,64
1968	255.743.599	4,98	119.339.607	0,28	12.879.834	18,99	132.219.441	1,84	123.524.158	8,58	310,60	2,94

P R O J E C Ç Ã O

1969	268.914.394	5,15	121.595.126	1,89	15.012.735	16,56	136.305.021	3,09	132.813.175	7,52	313,24	0,85
1970	282.763.485	5,15	123.893.273	1,89	17.498.844	16,56	140.516.486	3,09	142.800.726	7,52	315,90	0,85
1971	297.325.804	5,15	126.234.856	1,89	20.396.653	16,56	144.858.817	3,09	153.539.341	7,52	319,59	0,85

**B - INFORMAÇÕES GERAIS**

# 1. Caracterização de Região

## 1.1 Composição

(Unidades Federadas)

## 1.2 Área

(Por unidade e total)

## 1.3 Distância em linha reta

## 1.4 Principais Cidades e População

# 2. Situação Demográfica

## 2.1 População nas datas do Recenseamento

### 2.1.1 Das Capitais

### 2.1.2 Das Unidades

## 2.2 Crescimento da População (1955/70)

## 2.3 Ajustamento e Projeção

## 2.4 Distribuição Etária

### 2.4.1 Ajustamento e Projeção

## 2.5 Movimento Civil da População

### 2.5.1 Nascimento

### 2.5.2 Casamento

### 2.5.3 Óbitos

#### 2.5.3.1 Geral

#### 2.5.3.2 Infantil

# 3. Situação Social

## 3.1 Fôrça de Trabalho

### 3.1.1 Sexo e Posição

## 3.2 Emprêgos

### 3.2.1 Segundo a Atividade

### 3.2.2 Salários

CENTRO-OESTE  
UNIDADES DA FEDERAÇÃO

Goiás  
Mato Grosso  
Rondônia  
\* Distrito Federal

\* Legalmente o Distrito Federal não se inclui na Região Centro-Oeste.

ÁREA DA REGIÃO

Rondônia	243.044 Km2
Mato Grosso	1.231.549 "
Goiás	642.092 "
Distrito Federal	5.814 "
Centro-Oeste	2.1221499 Km2
Brasil	8.506.671 "

DISTÂNCIA DAS CAPITALIS A BRASÍLIA,  
EM LINHA RETA

Goiânia	175 Km.
Cuiabá	875 Km.
Pôrto Velho	1.900 Km.

PRINCIPAIS CIDADES E POPULAÇÃO

(ANO 1967)

ESTADO DE GOIÁS

POPULAÇÃO ACIMA DE 350.000 HABITANTES

Goiânia ..... 350.000

Acima de 50.000

Anápolis ..... 96.000

Itumbiara ..... 61.000

Ceres ..... 53.000

Acima de 30.000

Rio Verde ..... 43.000

Inhumas ..... 36.000

Jataí ..... 35.000

Jaraguá ..... 34.000

Rubiataba ..... 31.000

Pirenópolis ..... 32.000

Aurinápolis ..... 32.000

Acima de 20.000

Catalão ..... 28.000

Formosa ..... 28.000

Goiás ..... 29.000

Porto Nacional ..... 22.000

Luziânia ..... 29.000

Morrinhos ..... 29.000

Ipameri ..... 23.000

Silvânia ..... 23.000

Santa Helena ..... 20.200

Anicuns ..... 21.000

Goianésia ..... 29.000

Itaberaí .....	25.000
Itapuranga .....	25.500
Tocantinópolis .....	22.000

Acima de 10.000

Araguaina .....	13.000
Arraias .....	11.000
Filadélfia .....	15.000
Curupí .....	15.000
Mineiros .....	13.000
Niquelândia .....	19.000
Pedro Afonso .....	13.000
Piracanjuba .....	19.000
Posse .....	14.000
Tuperama .....	11.000
Uruaçu .....	16.000
Aragustino .....	10.200
Babaçulândia .....	14.000
Cristalândia .....	12.000
Itacajá .....	12.600
Miracema do Norte .....	13.000
Nazaré .....	12.000
Goiatins .....	17.000
Caiapônia .....	15.000
Iperá .....	14.000
Buriti Alegre .....	12.000
Goiatuba .....	18.000
Pontalina .....	14.000
Bela Vista de Goiás .....	14.000
Orizona .....	15.000
Pires do Rio .....	17.000

Abadiânia .....	10.600
Corumbá de Goiás .....	17.000
Natividade .....	11.000
Paraná .....	11.000
Itapaci .....	18.000
Mara Rosa .....	11.000
Porangatu .....	19.000
Carmo Rio Verde .....	16.000
Mozarlândia .....	13.000
Petrolina .....	12.000
São Luiz Montes Belos .....	17.000
Trindade .....	15.000
Uruana .....	13.000

**MATO GROSSO**

**POPULAÇÃO ACIMA DE 50.000 HABITANTES**

Campo Grande .....	96.000
Cuiabá .....	82.000
Dourados .....	58.000
Três Lagoas .....	53.000
Corumbá .....	83.000
Cárceres .....	39.000
Aquidauana .....	38.000
Ponta Porã .....	38.000
Rondonópolis .....	31.000

**Acima de 20.000**

Barra do Garças .....	22.000
Paranaíba .....	25.000
Poxoréu .....	24.000
Glória dos Dourados .....	23.000
Rosário do Oeste .....	27.000

Amambai .....	28.000
Poconé .....	20.200
Fátima do Sul .....	27.000

Acima de 10.000

Alto Paraguai .....	11.000
Bela Vista .....	16.000
Rio Verde de Mato Grosso .....	13.000
Chapada dos Guimarães .....	15.000
Nobres .....	10.500
Dom Aquino .....	12.000
Guiratinga .....	14.000
Aparecida do Taboado .....	17.000
Brasilândia .....	10.400
Coxim .....	11.000
Cassilândia .....	18.000
Igatuemi .....	12.000
Itaporã .....	16.000
Várzea Grande .....	15.000
Miranda .....	18.000
Porto Murtinho .....	12.000



EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO

PARTICIPAÇÃO DAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO

CENSOS DE 1940 - 1950 - 1960

UNIDADE REGIONAL	1 9 4 0		1 9 5 0		1 9 6 0	
	POPULAÇÃO	%	POPULAÇÃO	%	POPULAÇÃO	%
CENTRO-OESTE	1.258.679	100	1.773.900	100	3.077.604	100
goi GOIAS	826.414	66	1.214.921	68	1.954.862	63,5
MATO GROSSO	432.265	34	522.044	29	910.262	29,6
RO NDÔNIA	-	-	36.935	3	70.738	3,3
D. FEDERAL	-	-	-	-	141.742	4,6

FONTE: CENSOS DEMOGRÁFICOS DO IBGE

populaç

POPULAÇÕES DAS CAPITALS DO CENTRO-OESTE E DISTRITO FEDERAL

EM 1940, 1950 E 1960

CAPITAIS	1 9 7 0 *	1 9 4 0	1 9 5 0	1 9 6 0
GOIÂNIA	427.000	48.166	41.584	153.505
CUIABÁ	91.000	53.389	56.204	57.860
P. VELHO	93.000	-	27.244	51.049
D. FEDERAL	453.000	-	-	141.742

FONTE : CENSOS DEMOGRÁFICOS

\* População Estimada

EVOLUÇÃO POPULACIONAL DA REGIÃO CENTRO-OESTE

1955 - 1970

Em 1.000 habitantes

A N O S	U N I D A D E S    D A    F E D E R A Ç Ã O				
	CENTRO-OESTE	GOIÁS	MATO GROSSO	RONDONIA	D. FEDERAL
1 9 5 5	2.257	1.524	682	51	...
1 9 5 6	2.367	1.594	719	54	...
1 9 5 7	2.438	1.668	758	57	...
1 9 5 8	2.636	1.746	800	61	29
1 9 5 9	2.799	1.826	844	65	64
1 9 6 0*	3.078	1.955	910	71	142
1 9 6 1	3.080	2.045	960	75	167
1 9 6 2	3.233	2.140	1.013	80	197
1 9 6 3	3.392	2.239	1.068	85	228
1 9 6 4	3.561	2.343	1.127	91	258
1 9 6 5	3.738	2.452	1.189	97	289
1 9 6 6	3.922	2.565	1.254	103	319
1 9 6 7	4.116	2.684	1.322	110	349
1 9 6 8	4.321	2.809	1.395	117	380
1 9 6 9	4.534	2.939	1.471	124	410
1 9 7 0	4.759	3.075	1.552	132	440

\* Recenseado

1) 1960 - Recenseamento Geral

2) A partir de 1961, População Estimada

3) A alta taxa de crescimento da População no Distrito Federal, é atribuída, principalmente ao movimento migratório.

PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO DO CENTRO-OESTE

FUNÇÃO AJUSTANTE :

$$P_n = P_o (1 + i)^n \longrightarrow$$

$$\frac{\log P_n - \log P_o}{n} = \log (1 + i)$$

$P_n$  ——— População no ano  $n$

$P_o$  ——— População no ano  $o$  (no caso, 1970)

$n$  ——— número de anos projetados

$i$  ——— taxa geométrica de crescimento.

X

---

TAXA DE CRESCIMENTO GERAL:

Global CENTRO-OESTE (1) ———: 4,7 % a/ano ap.

Por Estado Centro-Oeste (2) ———: 4,3 % a/ano ap.

GOIÁS ———: 4,6 % a/ano

MATO GROSSO ———: 5,3 % a/ano

RONDONIA ———: 6,7 % a/ano

OBSERVAÇÕES: O desvio entre as duas previsões pode ser imputado :

- 1) - A diferença no comportamento entre os Estados;
- 2) - A aproximação do cálculo logaritmico.

PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO DO CENTRO-OESTE

1971 - 1985

Em 1.000 habitantes

A N O S	CENTRO-OESTE (1)	CENTRO-OESTE (2)	GOIAS	MATO GROSSO	RONDONIA
1970	4.759	4.759	3.075	1.552	132
1971	4.983	4.992	3.216	1.634	141
1972	5.217	5.235	3.364	1.721	150
1973	5.463	5.345	3.519	1.811	160
1974	5.719	5.759	3.681	1.907	171
1975	5.988	6.040	3.849	2.008	182
1976	6.268	6.335	4.026	2.114	194
1977	6.562	6.644	4.211	2.226	207
1978	6.872	6.970	4.405	2.314	221
1979	7.194	7.316	4.607	2.468	236
1980	7.532	7.667	4.818	2.539	251
1981	7.886	8.043	5.040	2.737	268
1982	8.254	8.438	5.271	2.882	285
1983	8.645	8.851	5.512	3.035	304
1984	9.051	9.286	5.765	3.196	324
1985	9.476	9.741	6.030	3.365	346

OBSERVAÇÃO:

Excluído o Distrito Federal em face dos dados incompletos.

COMPOSIÇÃO ETÁRIA DA POPULAÇÃO REGIONAL

CENTRO - OESTE

1.000 habitantes

TAXAS DE DISTRIBUIÇÃO	1 9 6 6		1 9 6 7		1 9 6 8	
	ABSOLUTO	%	ABSOLUTO	%	ABSOLUTO	%
0 - 06 anos	524	12,7	549	12,7	583	12,7
07 - 11 anos	957	23,2	1.002	23,2	1.063	23,2
12 - 18 anos	660	16,0	691	16,0	733	16,0
19 - 24 anos	384	9,3	402	9,3	427	9,3
25 e mais anos	1.602	38,8	1.676	38,8	1.780	38,8
T O T A L	4.127	100,0	4.320	100,0	4.586	100,0

ADMITINDO-SE A MESMA PARTICIPAÇÃO NA DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DA POPULAÇÃO, TEM-SE:

DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA OU POPULAÇÃO PROJETADA

1 9 7 1 - 1 9 8 5

Em 1.000 habitantes

A N O S	POPULAÇÃO PROJE TADA	F A I X A S (Em anos)				
		0 - 06	07-11	17 - 18	19 - 24	25 e mais anos
1 9 7 0	4.759	604	1.104	761	443	1.847
1 9 7 1	4.983	633	1.156	797	464	1.933
1 9 7 5	5.988	761	1.389	958	557	2.323
1 9 8 0	7.532	957	1.747	1.205	701	2.922
1 9 8 5	9.476	1.204	2.198	1.516	881	3.677

1. Demanda potencial do ensino Primário
2. Demanda potencial do ensino Médio
3. Demanda potencial do ensino Superior

I - MOVIMENTO DA POPULAÇÃO

NASCIMENTOS, CASAMENTOS E OBITOS GERAL NO CENTRO - OESTE

POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO E DISTRITO FEDERAL

EM 1965, 1966 e 1967

UNIDADE REGIONAL	NASCIMENTO			CASAMENTO			OBITO GERAL		
	1965	1966	1967	1965	1966	1967	1965	1966	1967
CENTRO-OESTE	133.321	157.484	131.400	24.356	27.561	27.827	23.595	24.640	26.639
GOIAS	77.085	92.915	72.388	15.080	16.627	16.593	14.913	15.229	16.334
MATO GROSSO	42.546	48.417	41.581	7.020	8.335	8.459	6.074	6.653	7.309
RONDONIA	2.161	2.017	2.020	203	177	204	354	347	430
DISTRITO FEDERAL	11.529	14.135	15.411	2.053	2.422	2.571	2.254	2.411	2.566

FONTE S : SUDECO - LSE  
 CO DEPLAN - Dados sobre o  
 DISTRITO FEDERAL

DISTRITO FEDERAL : TAXAS DE NATALIDADE E MORTALIDADE  
GERAL E INFANTIL

1960-1969

A N O S	TAXA DE MORTALIDADE		NATALIDADE POR 1.000 HABITANTES
	POR 1.000 HABITANTES	POR 1.000 HAB. NAS- CIDOS VIVOS	
1960	8,4	179,0	17,0
1961	9,3	130,7	31,3
1962	8,5	97,2	38,2
1963	7,5	109,7	38,6
1964	6,9	91,0	39,0
1965	6,4	83,7	36,8
1966	6,2	64,0	40,3
1967	5,8	59,8	39,7
1968	6,7	61,1	46,3
1969	7,0	-	-

FONTE : CODEPLAN



SITUAÇÃO SOCIAL - 1 9 6 8

DISTRITO FEDERAL

SEXO E POSIÇÃO NA FORÇA  
DE TRABALHO

	SEGUNDO OS GRUPOS DE IDADE				
	DE 14 a 24 ANOS	DE 25 a 34 ANOS	DE 35 a 44 ANOS	45 a 54 ANOS	DE 55 e MAIS ANOS
NA FORÇA DE TRABALHO	46.300	50.700	34.100	13.900	5.100
OCUPADOS	41.400	48.500	33.400	13.700	4.900
DESOCUPADOS	4.900	2.200	700	200	200
T O T A L	92.600	101.400	68.200	27.800	10.200

EMPREGOS E SALARIOS

	CLASSES DE SALARIOS ( CR\$ )								
	ATE 199,00	DE 200,00 a 299,00	DE 300,00 a 399,00	DE 400,00 a 499,00	DE 500,00 a 599,00	DE 600,00 a 699,00	DE 700,00 a 799,00	DE 800,00 a 899,00	DE 900,00 e mais
	NUMEROS DE EMPREGADOS								
GOIAS	17.892	1.753	550	345	284	109	136	17	71
MATO GROSSO	20.915	3.147	504	533	209	132	52	129	117
RONDONIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D. FEDERAL	25.900	2.047	637	408	240	366	183	88	221
CENTRO-OESTE	64.707	6.947	1.691	1.286	733	607	371	234	409

SALÁRIOS PAGOS (CR\$)

	ATE 199,00	DE 200,00 a 299,00	DE 300,00 a 399,00	DE 400,00 a 499,00	DE 500,00 a 599,00	DE 600,00 a 699,00	DE 700,00 a 799,00	DE 800,00 a 899,00	DE 900,00 a MAIS
GOIAS	1.744.491	412.085	179.930	149.387	149.628	67.279	102.461	13.754	76.501
MATO GROSSO	2.270.595	748.925	170.115	240.475	112.149	83.832	39.216	107.933	140.129
RONDONIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D. FEDERAL	3.049.315	494.043	210.882	174.578	126.648	228.031	134.042	74.050	239.842
CENTRO - OESTE	7.064.401	1.655.051	560.927	564.440	388.425	379.142	275.719	195.737	456.472

AMERICO FERNANDES DE SOUSA NETO - DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA SOCIAL

JESUS DE MATOS MEDEIROS - CHEFE DA COORDENAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO E METODOS - ASPLEC

MAURO FERNANDO M. ARRUDA - ECONOMISTA - ASPLEC

WALTER NEVES COUTINHO - ASSESSOR DO DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA SOCIAL